

DACIR CORDEIRO PINTO JUNIOR

**DESEMPREGO NO SETOR BANCÁRIO DECORRENTE DA REESTRUTURAÇÃO
FINANCEIRA OCORRIDA A PARTIR DA SEGUNDA METADE DA DÉCADA DE 80**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Econômicas, Setor de Ciências
Sociais Aplicadas, Universidade Federal
do Paraná, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Economia**

**Orientadora: Prof.^a Adriana Sbicca
Fernandes**

**CURITIBA
2004**

TERMO DE APROVAÇÃO

DACIR CORDEIRO PINTO JUNIOR

DESEMPREGO NO SETOR BANCÁRIO DECORRENTE DA REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA OCORRIDA A PARTIR DA SEGUNDA METADE DA DÉCADA DE 80

Monografia aprovada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Prof.^a Adriana Sbicca Fernandes
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Prof. Adilson Antônio Volpi
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Prof. Demian Castro
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 02 de dezembro de 2004.

AGRADECIMENTOS

A Deus:

Que a todo instante está ao meu lado, me permitindo sorrir nos momentos de alegria e me dando todo alento nos momentos de dificuldade. Vem Dele toda a força que me permite prosseguir e vai para Ele meus profundos e sinceros agradecimentos.

A meus pais:

Pai Dacir e Mãe Marlene, que são meu porto seguro e estão sempre ao meu lado me ajudando e apoiando, cada um a sua maneira, mas de forma intensa e incondicional. Pessoas estas que em nenhum momento duvidaram das minhas potencialidades e acima de tudo fizeram e fazem com que eu levante a cabeça e continue caminhando.

Aos meus irmãos:

Que sempre me apoiaram e que certamente me apoiarão futuramente, pois sei que caberá a nós a manutenção de uma família coesa, baseada nos princípios de honestidade e de compaixão.

A Prof.^a Adriana:

Primeiramente pelo voto de confiança depositado e pela percepção de que nosso projeto poderia tornar-se uma monografia. Posteriormente, por todo apoio dispensado através dos aconselhamentos dados nas reuniões, que certamente me fizeram abrir cada vez mais a mente e enxergar por qual caminho deveria seguir.

A todos:

Que direta ou indiretamente me auxiliaram quando na busca do objetivo que atinjo agora. Espero que todas estas pessoas sejam felizes e atinjam seus objetivos, quer sejam nos campos profissional, financeiro, sentimental, espiritual ou outros que as façam satisfeitos.

“Todo processo se origina duma combinação entre o egoísmo e o pensamento sublime, claro e de longo alcance.”

(Leopold Infeld)

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	vi
LISTA DE SIGLAS	vii
RESUMO	viii
1 INTRODUÇÃO	1
2 MACROECONOMIA DO PERÍODO	2
2.1 CRESCIMENTO COM ENDIVIDAMENTO	3
2.2 CRISE FISCAL E INFLAÇÃO	6
2.3 ABERTURA COMERCIAL E FINANCEIRA	10
3 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	12
4 MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	22
5 CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO NO SETOR FINANCEIRO	32
6 DESEMPREGO NO SETOR FINANCEIRO	40
7 CONCLUSÃO	42
8 REFERÊNCIAS	45

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CUSTOS DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS - BRASIL 1998	21
QUADRO 2 - TAXA DE DESEMPREGO ABERTO NAS REGIÕES METROPOLITANAS 1991- 2002 (MÉDIA ANUAL)	26
QUADRO 3 - TAXA DE DESEMPREGO POR GÊNERO - BRASIL - PME (%)	28
QUADRO 4 - TAXA DE DESEMPREGO POR GRAU DE INSTRUÇÃO – BRASIL - PME (%)	29
QUADRO 5 - TAXA DE DESEMPREGO POR FAIXA ETÁRIA - BRASIL - PME (%) .	30
QUADRO 6 - TAXA DE DESEMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE - BRASIL - PME (%)	31
QUADRO 7 - MUDANÇAS NOS PRINCIPAIS POSTOS DE TRABALHO - (EM %) .	35
QUADRO 8 - GRAU DE INSTRUÇÃO DO BANCÁRIO - (EM %)	36
QUADRO 9 - EVOLUÇÃO DO TEMPO DE PERMANÊNCIA NO BANCO - (EM %) .	37
QUADRO 10 - EVOLUÇÃO DA IDADE MÉDIA DOS BANCÁRIOS - BRASIL 1994/96 (EM %)	38
QUADRO 11 - DISTRIBUIÇÃO DE BANCÁRIOS POR SEXOS - GRANDE SÃO PAULO 1988/93	38
QUADRO 12 - QUALIDADE DO EMPREGO FORMAL - BRASIL 1992	39
QUADRO 13 - NÚMERO ESTIMADO DE EMPREGADOS NO SETOR FINANCEIRO NO BRASIL - 89/96	41

LISTA DE SIGLAS

BACEN	- Banco Central do Brasil
BNDE	- Banco Nacional de Desenvolvimento
CDB	- Certificado de Depósito Bancário
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FSE	- Fundo Social de Emergência
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPC	- Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPMF	- Imposto Provisório Sobre Movimentação Financeira
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
ORTN	- Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
OTN	- Obrigações do Tesouro Nacional
PIB	- Produto Interno Bruto
SEADE	- Sistema Estadual de Análise de Dados
URV	- Unidade Real de Valor

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo a análise do desemprego no setor financeiro e sua relação de causa e efeito com a reestruturação financeira iniciada no setor no final dos anos oitenta. Com tal intuito, é analisado todo o desenvolvimento do setor financeiro nacional, desde meados dos anos sessenta até o início dos anos noventa, que possibilita dimensionar a importância e intensidade de relacionamento deste para com a economia brasileira e vice-versa, possibilitando assim a exposição dos principais fatores conjunturais responsáveis pelo seu desenvolvimento, bem como os principais determinantes, quais sejam, o fim da "Ciranda Financeira" e a abertura financeira, que levaram o setor financeiro a entrar em um processo de intensa modificação em seu modo de atuação. Analisando então, os principais artifícios utilizados por citada reestruturação, tais como, a desregulamentação do setor, os processos de fusões, aquisições e privatizações, a redução física-quantitativa das agências e a intensa automação bancária, torna-se possível verificar as principais mudanças ocorridas no setor e traçar um parâmetro entre estas e a mudança nas características e atribuições do empregado nos bancos. Também é possível relacionar, usando o início da década de noventa como base de análise, tais artifícios utilizados aos níveis de desemprego no período. Com a análise dos números referentes ao desemprego no setor bancário e a contraposição destes aos dados de desemprego referentes à economia como um todo, procura-se verificar a relação entre o desemprego no setor e a reestruturação supracitada.

1 INTRODUÇÃO

Em uma economia dinâmica os agentes se correlacionam de forma mais intensa e a intensidade deste relacionamento faz com que determinados acontecimentos se façam sentir em todo o macroambiente em que estes agentes atuam. Mudanças no contexto econômico, em especial, atingem uma proporção maior destes agentes uma vez que atingem, na maioria das vezes, toda uma economia. A fim de se preparar ou interagir com tais mudanças, os agentes econômicos, aqui podendo ser representados pelas famílias, empresas e até mesmo um setor, procuram se adequar à nova realidade imposta pelas transformações ocorridas. Com o dinamismo da economia, tais adequações além de alterar o modo de atuação de um ator qualquer, altera e influi em toda uma cadeia de relacionamento entre estes agentes, sendo que nem todos saem beneficiados com estas novas mudanças.

A economia brasileira, dada sua histórica instabilidade, experimentou diversas mudanças em seu contexto, que obrigou a procura pela adaptação por parte de seus diversos atores, sendo que a intensidade com que tais mudanças atingiram os integrantes não foi homogênea. Num período mais recente, a economia nacional sofreu transformações conjunturais intensas e periódicas, o que levou a constante procura pela adaptação.

O setor financeiro nacional foi um elemento atuante e absorveu com muita intensidade muitos dos efeitos conjunturais da economia brasileira, principalmente os ocorridos após meados dos anos sessenta. Enquanto na década de oitenta obteve grandes vantagens, a economia passava por um período de altas taxas de inflação, pois se beneficiava a medida em que era o principal financiador do déficit governamental. Viu-se profundamente atingido num primeiro momento pelo Plano Cruzado de estabilidade de preços, uma vez que este anulou os antigos meios de obtenção de extraordinários lucros, e num segundo momento pela abertura comercial que se iniciava no início da década de noventa e exigia do setor uma nova postura a fim de manter-se competitivo.

A fim de sobreviver, dada a nova realidade, o setor passou por um intensa fase de reestruturação, que atingiu desde os processos de regulamentação do setor até a

estrutura interna de cada banco, com mudanças nos produtos e processos financeiros. Buscando a minimização dos custos, pelo lado das mudanças nos processos, o setor financeiro utilizou vários expedientes, sendo que os principais foram as reduções quantitativa e física das agências e a intenso investimento em tecnologia, aqui representado pela automação.

Tendo como base todas estas informações, tal monografia tem como principal objetivo avaliar a reestruturação financeira ocorrida e principalmente traçar um paralelo entre esta e o desemprego no setor. Para tal será de suma importância que inicialmente analisemos a macroeconomia do período com o objetivo de facilitar a percepção entre a relação desta com o setor financeiro. Em seguida verificaremos o desenvolvimento do próprio setor com suas peculiaridades. Passaremos então para uma análise das características do emprego no setor e na economia nacional como um todo, para só então finalizarmos com a análise pura e simples do desemprego no setor financeiro.

2 MACROECONOMIA DO PERÍODO

Para entendermos melhor um fenômeno estudado, torna-se necessário a busca por variáveis que influenciam determinado fenômeno, sendo que em determinados casos, tais variáveis não apenas funcionam como elementos atenuantes ou agravantes, mas sim como elementos diretamente causadores ou formadores do fenômeno em questão.

Para o estudo em questão é de fundamental importância a apresentação de variáveis macroeconômicas. As principais variáveis estudadas serão a inflação, taxa de juros, PIB, taxa de câmbio, déficit no Balanço de Pagamentos e dívidas interna e externa. Buscar-se-á estudá-las num período de tempo que nos permita elucidar a relação direta entre estas e o fenômeno pesquisado. Além de se observar o período onde o fenômeno ocorreu, ou seja, o início da década de noventa, necessário será a pesquisa de um período anterior, no caso a partir de meados dos anos setenta, pois este período foi sem dúvida de fundamental importância para que houvessem condições para a existência de todo o processo de crescimento e retração do setor financeiro.

Iniciaremos a pesquisa por meados dos anos 70, período em que o governo militar a fim de justificar o regime ditatorial, tentou uma retomada do crescimento aos moldes do "milagre econômico". Passaremos então a uma análise da década de oitenta, período este marcado por grande crise nacional, onde a inflação foi o maior foco da época, pois as políticas nacionais e os debates econômicos giravam em torno de sua estabilização. Finalizaremos com o início dos anos 90, onde se iniciou mudanças tanto econômicas, através da abertura comercial e financeira, quanto políticas com a recente retomada da democracia e do Estado de direito.

2.1 CRESCIMENTO COM ENDIVIDAMENTO

Após um período de grande crescimento econômico entre 1968 à 1973 conhecido como "milagre econômico", em meados dos anos setenta o Brasil começou a enfrentar um período de desaceleração. Como o crescimento econômico era uma das principais armas na justificativa do regime militar, buscou-se então retomar o crescimento da economia. Para tanto, a principal medida utilizada foi o gasto público, pois com o aumento do gasto governamental, aumentaria assim o emprego, a renda das famílias e a demanda, acelerando a economia e gerando então o crescimento.

Os gastos governamentais que objetivavam a injeção de ânimo na economia tinham como seus principais financiadores a emissão de papel moeda e principalmente os empréstimos internacionais, meios estes que futuramente iriam ajudar a fomentar dois grandes males à economia e à sociedade brasileira, ou seja, as altas taxas de inflação e dívida pública. Os empréstimos internacionais eram obtidos com facilidade pois neste período a economia mundial passava por relativa estabilidade e a América Latina, incluindo aí o Brasil, dispunha de grandes quantidades de capital para financiar seus crescimentos. Este capital ficou conhecido como "petrodólares" e seus detentores eram principalmente os americanos, europeus e japoneses que naquele momento viam as economias latino-americanas com relativa confiança.

Com todo este capital a seu dispor, o Brasil iniciou então um período de grandes empréstimos. "A dívida externa brasileira cresceu US\$ 10 bilhões entre 1974 e 1977, outros US\$10 bilhões nos dois anos seguintes. No início do Governo Geisel, o país

pagava anualmente US\$ 500 milhões de juros e em 1978 a conta juros líquidos subira para US\$ 2,7 bilhões...” (ABREU, 1990, p. 310) Além da União, os Estados e Municípios também tinham liberdade de emprestar, o que gerou uma corrida desenfreada e irresponsável atrás dos capitais externos, gerando assim já no final da década de setenta o endividamento das três esferas governamentais. Como os gastos estavam muito acima da arrecadação, os capitais externos estavam sempre sendo utilizados para cobrir o déficit público. " Com financiamento externo abundante, a linha de menor resistência conduzia assim à rota do endividamento externo; um certo otimismo pela existência da indexação contribuía para aumentar a tolerância com taxas mais elevadas de inflação. Postergava-se assim naturalmente, para uma eventual ocasião mais propícia, a adoção de um programa de medidas mais restritivas.” (ABREU, 1990, p. 299).

A emissão de moeda de maneira descontrolada foi uma das formas, segundo seus idealizadores, de aquecer a economia e atingir assim o crescimento desejado. A questão é que com a maciça emissão de papel moeda a economia ficava mais monetizada e como no curto prazo o nível do produto não se modificou consideravelmente, a lei básica da oferta e procura se manifestou. Como a oferta de produtos era menor do que a demanda, os preços tendiam a subir até o ponto de equilíbrio e isto começou a gerar níveis de inflação elevados. Naquele momento, no entanto, não havia por parte das autoridades monetárias e políticas preocupação com relação às taxas elevadas de inflação pois, como já citado, o primeiro e grande objetivo da política utilizada naquele período era o crescimento econômico. Com aumentos inflacionários, era também necessário o aumento da base monetária, como salienta LOPES: "... no longo prazo é impossível ter uma alta de preços em geral sem um aumento simultâneo, ainda que não exatamente proporcional da quantidade de moeda.” (LOPES, 1989, p. 17)

A política econômica em questão permitia que a economia convivesse com consideráveis patamares de inflação desde que o crescimento econômico estivesse ocorrendo. " Durante todo o período, faltou empenho no combate a inflação. Não é de se admirar, que o processo inflacionário tenha fugido do controle do Governo.” (SENNA, 1989, p. 10)

Os problemas com a inflação e com a questão da dívida externa, se até então não pareciam afetar a economia nacional, a partir do final da década de setenta começam a mudar de posição. Isto tudo porque neste período inicia-se um grande momento de instabilidade econômica mundial gerado principalmente pela crise do petróleo, aumento das taxas de juros internacionais e a recessão americana. Com toda esta instabilidade internacional, o Brasil juntamente com outros países da América Latina entraram em processo de intensa crise econômica.

A crise internacional foi um dos motivos que fizeram com que os investidores e emprestadores de capital se afugassem do Brasil, e este que até então era um grande importador de capitais passa a exportador dada a desconfiança dos investidores internacionais. Segundo ABREU (1990, p. 323)

A dificuldade de renovação de empréstimos evidenciava que já não havia disposição dos credores internacionais para financiar um ajuste sem pesados custos internos no curto prazo. Na medida em que a comunidade financeira internacional perdia confiança nos benefícios para as contas externas que adviriam das políticas adotadas a partir de 1979 pelo ministro Antônio Delfim Netto, tornava-se mais difícil obter recursos externos novos para cobrir o desequilíbrio do balanço de pagamentos.

Para combater a crise iniciou-se em 1979 uma outra tentativa de crescimento e para isto a principal ferramenta utilizada foi a desvalorização da moeda. Com objetivo de gerar mais divisas para o país iniciou-se um período de incentivo às exportações e a melhor forma para aumentar as exportações e gerar o crescimento segundo o ponto de vista das autoridades monetárias em questão, foi promover uma maxidesvalorização da moeda local frente ao dólar. Sabido é que nossa dívida era atrelada ao dólar, pois em muitas das vezes era o dólar a própria moeda emprestada e com a maxidesvalorização nossa dívida externa alcançou níveis elevadíssimos, deixando o Brasil em situação ainda pior no cenário internacional. "...os déficits da balança comercial e das transações correntes alcançaram níveis elevadíssimos; a dívida externa registrada aumentou 24% de 1978 para 1980." (PEREIRA, 1985, p. 09) Tal desvalorização não obteve o efeito esperado pois neste período a economia mundial passava por forte recessão, o que prejudicou muito as exportações brasileiras.

Segundo PEREIRA (1985, p. 09) : "Em consequência , os bancos internacionais, a partir do segundo semestre de 1980, alarmados com a progressão da dívida brasileira, passaram a recusar novos empréstimos. O resultado foi uma guinada de 180 graus na política econômica brasileira, ainda que se mantivessem as mesmas autoridades econômicas. Começa então o processo de ajustamento ortodoxo, via recessão, da economia brasileira." Estava esgotado então o velho modelo de desenvolvimento com endividamento.

2.2 CRISE FISCAL E INFLAÇÃO

Inicia-se os anos oitenta e os problemas econômicos brasileiro se tornam ainda mais evidentes e preocupantes, principalmente no tocante a dívida externa e a inflação. A descrença por parte dos credores internacionais fez com que a partir deste momento, a política econômica começasse a tomar novos rumos. Através de recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), o país iniciou um processo de desaceleração econômica forçada, pois segundo tais recomendações o Brasil deveria "...reduzir os gastos do governo; reduzir e controlar a quantidade de moeda em circulação; liberalizar os preços de quaisquer tabelamento; liberalizar as taxas de juros, que dada a redução da base monetária, deverá aumentar; liberar (geralmente desvalorizar) a taxa de câmbio; eliminar todos os subsídios; e reduzir os salários dos setores público e privado." (PAIS; FERNANDES, 2002, p.04) Estas medidas tinham claramente os objetivos de desacelerar a economia sendo possível desta forma controlar a inflação e gerar divisas, ficando assim o país em situação superavitária, podendo com isto honrar suas dívidas no exterior.

O resultado da política de ajuste não foi muito animador, pois as taxas de inflação baseada no INPC após um pequeno recuo de 99,7% em 1980 para 93,5% em 1981, voltou a crescer fechando o ano de 1982 em 100,3%a.a. (IBGE, 2004) Mesmo com todos os esforços a fim de combatê-la a tendência era de alta, pois de modo surpreendente percebeu-se que a inflação brasileira não estava diretamente ligada a demanda. Tais medidas utilizadas além de não terem conseguido de fato combatê-la, ainda geraram desaceleração econômica, pois reduziam a renda nacional diminuindo

assim o consumo e todo o processo de crescimento. Como salienta PEREIRA "A política de ajustamento é radical em 1981, e o resultado é a redução do PIB em mais de 3% nesse ano. (...) Apenas a inflação não cede, ou melhor, cede muito pouco, porque não se tratando de uma inflação de demanda, é pouco sensível a política econômica recessiva." (PEREIRA, 1985, p.11)

"A política foi bem-sucedida no tocante ao comércio exterior, observando-se profunda reversão no saldo da balança comercial, passando de um déficit em 1980, para superávits da ordem de US\$ 6,5 bilhões em 1983 e um recorde de US\$ 13 bilhões em 1984." (VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO, 1995, p.212) Apesar da situação de superávit comercial, dada a política de ajustamento, a questão da dívida externa estava longe de ser solucionada. Isto porque o superávit gerado se dava no setor privado, ao passo que devido ao processo de "estatização" da dívida, 80% deste ônus era do setor público.

Como a desconfiança dos credores em relação a possibilidade de pagamento por parte do Brasil permanecia inabalada e não havendo a possibilidade destes credores internacionais financiarem os déficits no Balanço de Pagamentos, buscou-se uma maneira para que o governo pudesse fechar esta conta através de outra forma de financiamento. A maneira encontrada foi o financiamento através de credores locais, iniciava aí o período de endividamento interno.

De todas as mazelas com as quais o Brasil sofreu na década de oitenta, nenhuma foi mais avassaladora do que a inflação. Esta além de sempre permanecer em patamares elevados mesmo durante ou logo após os planos de estabilização de preços, como no ano de 1989 em que o pico atingido foi 1863% a.a. (IBGE, 2004), ainda mantinha-se forte por longos períodos de tempo, haja vista que permaneceu por toda a década de oitenta e início dos anos noventa. A inflação direta ou indiretamente foi responsável por quase todos os problemas econômicos ocorridos com o Brasil na década perdida. O próprio financiamento governamental pelos investidores internos sofria grande interferência da inflação, pois para que fosse possível tal financiamento o governo se via na obrigação de pagar taxas de juros acima dos altos e voláteis níveis inflacionários, onerando ainda mais o Estado que já tinha uma dívida externa enorme e que agora começava a colocar sua dívida interna em patamares semelhantes.

Tal financiamento se dava através da colocação por parte do governo de títulos, as conhecidas ORTN'S. Estas rendiam uma taxa de juros superior à taxa de inflação e como a taxa de inflação estava sempre em franca expansão, estes títulos tinham correção diária. Tal sistemática utilizada funcionava como um círculo vicioso, pois a dívida do Estado ficava cada vez maior uma vez que era necessário pagar taxas de juros cada vez mais elevadas. Os maiores beneficiários de todo este processo foram os bancos que captavam dinheiro a baixo custo das famílias e empresas e emprestavam para o Estado a taxas de juros elevadas. Todo este processo ficou conhecido como "Ciranda Financeira".

Esta situação foi encerrada com a implementação do Plano Cruzado que, entre outras medidas, regulou certas transações de ativos financeiros. Em primeiro lugar houve a substituição das ORTNs pelas OTNs que ficariam com o valor congelado durante 12 meses. "Para os contratos pós-fixados, os juros acima da correção monetária transformaram-se em juros nominais com proibição para a indexação de contratos com prazos inferiores a um ano, exceção feita das cadernetas de poupança que teriam correção monetária, mas o reajuste voltava a ser trimestral." (VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO, 1995, p. 220) Foi introduzido para contratos pré-fixados a Tablita que era uma tabela de conversão com desvalorização diária de 0,45%, sendo este valor uma média diária de inflação entre dezembro de 1985 e fevereiro de 1986.

Apesar de todos os esforços e intenções do Plano Cruzado a dívida interna crescia cada vez mais e alcançava patamares elevados tal qual a dívida externa. Os níveis inflacionários eram maiores a cada período e na tentativa de combatê-los, a política econômica utilizava-se tanto de métodos ortodoxos, baseado em contenção direta da base monetária, como os propostos pelo FMI na primeira metade da década, quanto métodos heterodoxos, baseados em congelamento de preços e salários, como os constantes nos Planos Cruzado e Bresser ou até mesmo as duas vertentes como foi o caso do Plano Verão.

No que se refere ao controle da inflação, o resultado destes planos foram sempre momentâneos a medida em que o controle era atingido em pequenos períodos de tempo. Ao contrário do que se buscava, tais métodos geravam recessão econômica

com redução do PIB, dos níveis de investimento, da renda per capita, que por consequência atingiam diretamente as famílias. A crise brasileira ainda era vista com maus olhos pelos investidores internos e externos pois, neste período, os níveis de investimentos reduziram drasticamente. O governo ao contrário do que aconteceu nos anos 70, reduziu também o investimento, pois além de haver a necessidade de contenção da inflação e a redução de investimento na teoria reduz a inflação, ainda estava incapacitado de investir, pois sua poupança estava magra e os empréstimos externos ainda permaneciam escassos. A redução do PIB foi tamanha por parte dos agentes que, para se ter uma idéia, no início dos anos 80 a taxa de investimento representada pela Formação Bruta de Capital Fixo girava em torno de 23,56% do PIB, ao passo que dez anos mais tarde, em 1990, este número tinha se reduzido para apenas 15,48%. (IPEA, 2004.)

O contexto inflacionário no final da década de oitenta era ainda mais crítico que o do início da década. Enquanto a taxa de inflação no início da década, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE era de 99,7% a.a., no final da década, segundo o mesmo índice, estava em torno de 1863,6 % a.a.. A última tentativa de controle inflacionário deste período ficou a cargo do Plano Collor e a implementação aconteceu no seguinte contexto econômico:

O único instrumento com que contava o governo eram as operações de mercado aberto, a colocação de títulos públicos, que, devido à incerteza reinante, levava o Banco Central a formar taxas diárias no overnight, com base na expectativa de inflação corrente, o que tornava a indexação sem limites. Esta indexação diária dos ativos financeiros tinha impactos sobre preços e câmbio que também passavam para a indexação plena (VASCONCELOS; GREMAUD; TONETO, 1995, p.227)

Neste quadro as principais medidas foram no sentido de romper com a indexação da economia e a medida mais marcante foi a drástica redução da liquidez do sistema através do bloqueio de cerca de metade dos depósitos à vista e cerca de um terço dos depósitos de poupança. O principal objetivo do Plano Collor, o controle da inflação, como nos casos anteriores também não foi atingido, mas foi deste momento em diante que abriu-se a discussão sobre privatizações e a abertura comercial.

2.2 ABERTURA COMERCIAL E FINANCEIRA

Apesar de pouco êxito obtido no que se refere ao combate a inflação, o Plano Collor foi de fundamental importância para o período que estaria por vir, pois foi a partir desta gestão governamental que iniciou-se uma inserção mais intensa do Brasil no comércio internacional, quer seja através do comércio de bens e serviços, quer seja através da abertura financeira. Esta abertura comercial e financeira serviu de auxílio e foi de muita valia para o plano de combate a inflação posterior, qual seja, o Plano Real.

No início dos anos noventa os níveis inflacionários atingiram patamares de hiperinflação, sendo que seu ápice foi no ano de 1993, período este em que a inflação atingiu a impressionante marca de 2.498 %, sendo que a média dos últimos cinco anos girou em torno de 1512% a.a. (IBGE, 2004). Foi para tentar controlar esta situação de hiperinflação que em 1994 foi implementado o Plano Real, tendo este utilizado vertentes ortodoxas e heterodoxas em suas políticas.

Inicialmente procurou-se acumular reservas cambiais para que fosse possível a administração, por parte do BACEN, das políticas cambial e monetária, fundamentais para o sucesso do plano. Esta folga cambial foi permitida pelo grande afluxo de recursos nos anos antecedentes ao plano, que devido a liquidez internacional, teve um acúmulo de reservas na ordem de US\$ 40 bilhões. (BACEN, 2004)

O Plano Real foi composto de três fases. A primeira objetivou o ajuste fiscal para equilibrar o orçamento da União e para isto foram criados o IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira) e o FSE (Fundo Social de Emergência) além da utilização de receitas advindas do processo de privatizações iniciado naquele período. A segunda fase foi a introdução de uma nova unidade de conta, o URV (Unidade Real de Valor) “O objetivo desta fase de indexação completa da economia era o de promover todos os ajustes de preços relativos com base nesta moeda indexada e acomodar a participação dos diversos agentes na renda, eliminando o conflito distributivo.” (VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO, 1995, p. 230) Importante destacar que o URV exerceu a função de unidade de conta e não a de meio de troca, que continuou sendo exercida pelo Cruzeiro. A terceira e última fase foi a

transformação do URV em Real, onde este então assumiu as três funções básicas da moeda: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor.

Como o principal objetivo do Plano Real era o controle da taxa de inflação, adotou-se uma política de taxas de juros reais elevadas pois, segundo seus idealizadores, com esta medida a contenção da demanda seria atingida e a inflação estaria então sob controle. Além das altas taxas de juros, ainda foram ampliados os depósitos compulsórios junto ao BACEN, tanto para os depósitos a prazo quanto para os à vista. Apesar de todas estas medidas, o que se observou foi uma grande expansão da demanda com a queda da inflação, pois percebeu-se a insensibilidade do consumidor para com a taxa de juros.

Como já salientado, um dos elementos de maior relevância na sustentação do plano foi as reservas oriundas do excesso de liquidez internacional, que possibilitou a manutenção cambial pós-plano. Com a valorização cambial era possível suprir a demanda interna excedente por produtos importados, equilibrando assim os preços e forçando a concorrência. “Assim sendo, a folga cambial e a valorização do Real são importantes elementos para conter a inflação (...) A folga cambial e a abertura comercial viabilizaram a rápida queda da inflação logo após a reforma monetária que introduziu o Real. A possibilidade de importação forçou os preços internos a acomodarem-se aos internacionais.” (VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO, 1995, p. 231)

Ao mesmo tempo em que ocorria a queda da inflação, acontecia também o aumento do consumo. Este aumento no consumo se deu por alguns motivos. O primeiro foi a melhora do poder aquisitivo das classes de baixa renda, uma vez que deixaram de pagar o chamado “imposto inflacionário”. O segundo foi a recomposição dos mecanismos de crédito na economia, uma vez que com a estabilidade inflacionária atingida, os concedentes de crédito puderam prever uma taxa nominal de juros compensatória com razoável grau de segurança. Neste contexto, apesar de todas as forças dispensadas no sentido de conter o consumo, através de políticas de juros reais elevados e estímulo a poupança, houve uma explosão de consumo que acabou por pressionar o setor externo, leia-se balanço comercial, dada a importância do câmbio valorizado e das importações na manutenção dos baixos níveis inflacionários.

O saldo da balança comercial, dado o novo contexto macroeconômico, vinha acumulando déficits consecutivos e a reserva cambial tão importante para a manutenção do êxito inflacionário, começou a se esgotar. Para tentar evitar novas crises "... iniciou-se uma série de medidas de contenção da demanda interna, principalmente com restrições ao crédito, elevação das taxas de juros e também gradual alteração na política cambial, com alargamento das bandas e flutuações e desvalorização mais freqüentes no câmbio." (VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO, 1995, p. 235)

A abertura comercial, além da importância apresentada no controle da inflação, teve grande participação no que diz respeito ao desenvolvimento do setor produtivo nacional, pois com a valorização do Real frente ao dólar e com o aumento significativo da demanda interna, as importações aumentaram abruptamente e com isto, aumentou também a competitividade interna. Esta "invasão" de produtos estrangeiros forçou o setor produtivo brasileiro a se reestruturar, quer seja através de investimento em novas tecnologias, quer seja através da melhora nos produtos e nos processos, inevitavelmente passando por aí a questão da mão-de-obra. Quase todos os setores foram atingidos pela concorrência internacional, desde o já tradicional setor industrial até o setor de serviços, sendo que dentro deste último caso, o setor financeiro foi provavelmente o que mais sofreu com a competição de instituições internacionais. A reforma de 88, o processo de privatizações, fusões, aquisições e a intensa automação foram um dos principais atores deste período de reestruturação bancária que veremos adiante. O processo de desenvolvimento do setor financeiro principalmente a partir de 1964 e todas suas transições serão expostos no próximo capítulo, o que nos possibilitará traçar paralelos entre o setor e a macroeconomia nacional

3 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O sistema financeiro é um elemento de fundamental importância na estrutura produtiva de uma economia. Sua principal função é servir como intermediador entre os poupadores e os investidores, constituindo então um elo entre poupança e investimento. Uma economia moderna não atingiria suas plenas potencialidades sem a

existência do sistema financeiro desenvolvido agindo como elemento atuante, pois este propicia maior eficiência no sistema econômico à medida em que direciona os recursos abundantes para setores de atividade com maior rentabilidade. Neste sentido, percebe-se a fundamental importância do sistema financeiro uma vez que este possibilita a potencialização dos investimentos.

O sistema financeiro brasileiro inicialmente atuava nos moldes do sistema financeiro britânico e tinha como principal função operações básicas de poupança e crédito. A princípio mostrou-se limitado dada a pouca influência no processo de crescimento econômico. Esta limitação se dava por diversas restrições existentes, dentre as quais podemos destacar a Lei da Usura de 1933, que fixava a taxa de juros nominal em 12% a.a.. Esta restrição sobre a taxa de juros nominal gerava algumas ineficiências no sistema como a limitada concorrência via preços entre as instituições e a crescente utilização de mecanismos para burlar a lei, como por exemplo a exigência de reciprocidade para a concessão de empréstimos.

Apesar do crescimento atingido nas décadas de trinta e quarenta, através das políticas de substituição de importações iniciadas por Getúlio Vargas, o sistema financeiro nacional permanecia arcaico e pouco auxiliava neste desenvolvimento. Os principais agentes financeiros da economia neste período eram as instituições públicas como o BNDE e o Banco do Brasil. Somente com os programas de crescimento econômico idealizados no início da década de sessenta, o sistema financeiro foi finalmente reconhecido como elemento fundamental para quaisquer que fossem os planos de desenvolvimento econômico, e neste momento a questão da modernização do sistema entrou em pauta. Entre todas as reformas implementadas naquele momento, a reforma financeira foi considerada um dos pontos fulcrais para o êxito dos projetos de crescimento, sendo que a eliminação da Lei da Usura foi considerada dentro desta, um pré-requisito para o desvencilhamento do velho modelo até então utilizado.

Os principais objetivos da reforma de 1964 foram a regularização do mercado monetário, tornando as autoridades monetárias independentes, a regulamentação do mercado financeiro para garantir fluxos financeiros e taxas de juros estáveis e o aperfeiçoamento do mercado de capitais privado para dotar os investimentos de

financiamento de longo prazo. (COSTA, 1999) Percebe-se que a partir deste momento ocorre um crescimento significativo do setor em relação a participação no PIB. Enquanto a participação anterior a reforma não passou de 3,55% do valor total, a partir dela manteve-se em crescentes participações chegando a atingir 19,51% em 1989. (IBGE citado pelo DIEESE, 2004) Este último dado referente ao ano de 1989, não reflete somente o êxito da reforma financeira de 64, mas outras peculiaridades da década, como a questão da inflação e da indexação monetária já apresentadas no capítulo anterior. VASCONCELLOS, GREMAUD E TONETO (1995, p. 258) mostram que "Este crescimento se deu num primeiro momento devido ao crescimento econômico ao longo da década de 70 e à maior dependência da intermediação financeira e, num segundo momento, na década de 80, devido à busca de proteção contra a aceleração inflacionária."

A década de oitenta foi marcada por períodos de grande instabilidade política e principalmente econômica. Conhecida como a década perdida, não por acaso foi neste período que se conheceu um dos piores níveis de crescimento e desenvolvimento econômico, comparados apenas às taxas obtidas no início da República. Tal desaceleração econômica somada ao processo inflacionário, ocasionou uma série de mazelas à sociedade brasileira dentre as quais se destacam o aumento do desemprego, a redução do poder de compra e a redução das atividades econômicas em "quase" todos os setores produtivos da economia nacional.

Setores tradicionalmente responsáveis pela absorção de mão-de-obra como por exemplo o setor industrial foram muito prejudicados neste período e com toda esta nova conjuntura predominante, começa no início dos anos 80 uma migração tanto de capitais, quanto de mão-de-obra, para um setor até então menos representativo do ponto de vista da importância na porcentagem do PIB e dos empregos gerados. Inicia-se aí o crescimento do setor terciário. Os novos empregos foram criados especialmente pelo comércio e prestação de serviços, destacando as áreas de alimentação, atividades sociais e culturais e em especial os serviços de apoio à atividade econômica, ou seja, o setor financeiro. Entre os três setores, o terciário foi o que menos sofreu com as crises ocorridas na década de oitenta e dentro deste a única atividade que parece ter se beneficiado com todo este processo, foi mesmo a atividade financeira.

O setor financeiro seguiu na contramão de todo o processo de atrofiamento produtivo. Tal setor esteve na contramão não somente no que tange a questão produtiva, mas também em outros fatores como por exemplo a difusão tecnológica e os melhores padrões salariais e se tornou uma “ilha setorial de desenvolvimento no país, inclusive pelo elevado grau de escolaridade dos funcionários e difusão tecnológica”. (SEGNINI, 1999).

Além das diferenças acima destacas, cabe também mencionar que o setor financeiro cresceu consideravelmente, tanto do ponto de vista do surgimento de novos bancos, quanto do crescimento patrimonial de cada banco. As agências se tornavam cada vez mais luxuosas e maiores e acima de tudo cada vez mais informatizadas. O que nos permite ter uma idéia de todo este surto de crescimento do setor financeiro na década de oitenta são os números que mostram a participação das instituições financeiras no PIB. Enquanto nas décadas de 60 e 70 a participação das instituições financeiras no produto representou em média 3,38% e 6,76% respectivamente, na década de oitenta vimos esta participação dar um salto para 11,35% do PIB, sendo que o ápice neste período foi no ano de 1989, quando a participação das instituições financeiras atingiu o impressionante percentual de 19,51 do valor total do PIB. (IBGE por VASCONCELOS, GREMAUD e TONETO)

Num contexto de desaceleração econômica, como um setor conseguia ao mesmo tempo manter salários tão elevados e investir em estrutura física, crescendo cada vez mais? O que permitia tal crescimento? Pelo que parece, a principal fonte de crescimento do setor bancário foi o benefício conseguido através da “desgraça alheia”, ou seja, a mesma crise que gerava para os outros setores e para o país a estagnação produtiva e econômica, proporcionava ao setor financeiro os altos rendimentos necessários à manutenção de toda a sua estrutura. Estes exorbitantes ganhos advinham principalmente do financiamento do setor bancário ao Estado, através de empréstimos a fim de financiar o déficit governamental e controlar a inflação e através do Spread bancário, sendo que outras formas mais tradicionais de atuação como por exemplo o empréstimo a pessoas físicas, neste período tiveram menor importância no que se refere a composição dos lucros. “Entre os fins de 1980 e de 1984, estima-se que o ativo de todas as instituições financeiras tenha aumentado em cerca de 12,5 trilhões,

para 585 trilhões de cruzeiros, ou uma taxa média anual de cerca de 170% (...) A maior parte desta expansão nominal dos ativos refletiu correções monetárias na proporção crescente dos ativos indexados (de acordo com uma estimativa aproximada, cerca de ¾ da expansão total), de que o fluxo adicional.” (GOLDSMITH, 1986, p. 522)

Todo este processo ocorrido em meados dos anos oitenta ficou conhecido como “Ciranda Financeira” e foi o principal responsável pelo gigantismo do setor frente aos outros setores da economia naquele período. Como tal situação não poderia durar para sempre, com a introdução por parte do governo do Plano Cruzado de estabilização de preços, tais artifícios de obtenção de estupendas cifras de lucros estavam findados pois, entre outras medidas do plano estavam as que regularam certas transações de ativos financeiros, como por exemplo a que substituiu as ORTN's pelas OTN's que ficariam congeladas por 12 meses. A partir deste momento ocorrem profundos impactos no setor financeiro e este viu-se obrigado a se adequar a nova realidade econômica.

Surge então em 1986 uma situação oposta ao que vinha ocorrendo. A economia nacional toma considerável fôlego e dá sinais de crescimento em alguns setores, ao passo que no setor bancário tem início períodos de retração. Segundo SEGNINI (2004):

O ano de 1986 é marcante para todo o sistema bancário graças ao Plano Cruzado, choque heterodoxo implantado no dia 28 de fevereiro incluindo reforma monetária, congelamento de preços e desindexação geral da economia. Os bancos vêm-se na necessidade imperiosa de reajustar-se a uma nova ordem cujo horizonte aponta para o fim da inflação, ou seja, para um ambiente de desordem econômica em que as instituições financeiras haviam aprendido a sobreviver com lucro, graças a inflação elevada.

Inicia-se então um período de reestruturação no setor financeiro a fim de tentar resgatar, pelo menos em parte, os lucros anteriormente auferidos pelo setor. Os bancos não mais poderiam manter a estrutura até então formada. O setor passou então por modificações tanto no que tange a sua estrutura física e administrativa, quanto no que diz respeito a regulamentação para a criação e funcionamento de um banco. Após a busca pela estabilização de preços, foram três os principais processos pelos quais passou o setor financeiro, quais sejam: desregulamentação, desintermediação e internacionalização.

A desregulamentação iniciou-se com a reforma de 1988 e tornou mais flexível as normas tanto para a entrada no setor financeiro, quanto as normas de atuação dentro

deste. Em relação a novas formas de atuação, a principal mudança foi no que diz respeito a carteira de atividade, uma vez que, com a reforma foi autorizada a criação de bancos múltiplos. Um banco que atuava com carteira de banco comercial pode então concorrer a outras atividades como por exemplo as atividades de investimento, de crédito imobiliário, financeira etc. Com tal mudança, os bancos puderam utilizar a mesma estrutura administrativa da carteira, reduzindo assim os custos.

Antes da reforma de 1988, a única possibilidade de constituição de um novo banco era com o fechamento de outro, notado que havia grande proteção por parte do Banco Central ao mercado existente. Com a reforma a entrada no mercado financeiro ficou facilitada, dado que pessoas físicas e jurídicas obtiveram autorização para tal. Bastava apenas a comprovação de que tinham capital, idoneidade e competência para ingressar no setor. Com tais requisitos determinado projeto recebia a autorização do Banco Central e poderia assim atuar no mercado financeiro. Com a desregulamentação, empresas ligadas a outros setores viram com interesse esta nova possibilidade, o que acarretou num crescimento excepcional do setor. Segundo COSTA (1999, p. 294): “ Em 1993, disputavam o mercado 238 grupos ‘bancários’, mais que o dobro dos 112 bancos comerciais existentes apenas cinco anos antes.”

Na época, o principal objetivo da regulamentação dos bancos múltiplos era funcionar de forma a quebrar o monopólio dos maiores bancos até então existentes, mas o que se notou foi a não desconcentração do sistema bancário, pois “... as vésperas do Plano Real, em junho de 1994, cinco bancos detinham 43,3% dos depósitos totais do sistema bancário. Em junho de 1997, dominavam 67,3%, revelando um corrida dos depositantes para as maiores instituições financeiras.” (COSTA, 1999, p.294). Como o predomínio dos grandes bancos permaneceu, uma alternativa aos novos integrantes do setor foi a utilização de estratégias que lhes permitissem a sua manutenção no setor, bem como a obtenção de uma pequena, porém compensadora, fatia de mercado. A estratégia se deu principalmente através de seletividade da clientela e utilização de estrutura enxuta de custos (poucas agências e funcionários). Tais meios permitiram alta rentabilidade a determinados bancos, pois por atuarem em segmentos específicos, não competiam com os grandes bancos “varejistas”. Tal seletividade se dava um vez que determinados bancos passaram a prestar serviços a

grandes instituições e empresas, sejam elas de carácter privado ou público. Os serviços prestados eram principalmente no sentido de captar recursos para as citadas empresas e todo este processo recebeu o nome de desintermediação financeira, sendo esta, uma das três principais mudanças ocorridas no setor bancário no período pós estabilização de preços.

Os serviços e produtos ofertados pelos bancos “atacadistas” eram voltados a atendimentos selecionados e os bancos varejistas direcionavam seus serviços e produtos a uma clientela pulverizada. A dificuldade daqueles entrarem no mercado destes era enorme, o que já não se pode dizer do contrário. Isto aconteceu em meados dos anos 90, quando os grandes bancos varejistas perceberam a rentabilidade conseguida pela seletividade da clientela e decidiram entrar no mercado dos pequenos bancos atacadistas. Outros pontos de fundamental importância ocorridos neste período de desintermediação foram, num âmbito mais micro, a utilização de outros estabelecimentos comerciais (farmácias, supermercados, lotéricas e etc) para pagamentos de contas relacionadas a tarifas públicas, e numa visão mais macro, a desintermediação ocorrida entre os bancos e grandes empresas, uma vez que estas a fim de buscar recursos, lançaram-se diretamente no mercado de capitais externos, eliminando assim, a necessidade da intermediação que os bancos anteriormente faziam.

No início dos anos 90, iniciou-se no Brasil um intenso período de abertura comercial e financeira, evidenciando a desnacionalização da nossa estrutura produtiva e financeira. Para o setor bancário inicia-se o período de internacionalização intensa. Esta abertura aliada a já findada mais ainda muito sentida queda da receita do spread, fizeram com que o setor financeiro nacional entrasse num processo de crise.

Por um lado, após a perda dos ganhos com a indexação, os bancos sentiram mais a influencia de outros elementos não tão sentidos nos tempos áureos, como por exemplo a inadimplência dos clientes e a exigência de reservas por parte do Banco Central. Por outro, a abertura financeira lançou o setor num ambiente de volatilidade macroeconômica, altas taxas de juros e liberalização financeira. A volatilidade macroeconômica, refere-se ao período em que vários países ditos emergentes entraram em períodos de crise econômica. As altas taxas de juros provocou a explosão

da bolha especulativa que supervalorizava os ativos em garantia dos créditos concedidos. A liberalização financeira possibilitou a grandes empresas a colocação de debêntures e ações no mercado internacional com o objetivo de arrecadar recursos o que dispensava os bancos como intermediários nestas transações.

Uma alternativa foi arriscar em operações de risco com maior spread, mas estas operações, dado o risco contido, poderiam causar problemas de solvência para os bancos. Dado todo este cenário de crise financeira, o governo buscou uma forma para evitar a quebra sistêmica do setor e segundo (COSTA , 1999, p. 307) “Com o Proer (Programa de Apoio à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, o Banco Central passou a aceitar créditos “podres” ainda a vencer (FCVS), e não apenas os vencidos (TDAs), como garantia de pagamento de empréstimos a bancos em processo de fusão ou incorporação.

Para que os bancos nacionais conseguissem competir com os bancos internacionais, o sistema financeiro nacional uma vez mais teve que passar por reestruturações, sendo que as principais estratégias utilizadas foram as fusões e aquisições no que tange o setor privado, e as privatizações no tocante do setor público.

Os processos de fusões e aquisições ocorreram no âmbito privado e tinham como principais objetivos a procura por uma nova clientela e a entrada em novos mercados. As fusões permitiram que os bancos cortassem custos lhes permitindo assim uma maior competição com os bancos internacionais. Como já citado, com a desregulamentação, houve um crescimento excepcional no número de novos bancos e com os processos de fusões e aquisições, a quantidade de bancos começou a diminuir, voltando então a um patamar próximo ao anterior a tal desregulamentação. Segundo Gonçalves “O setor bancário tem registrado um amplo e profundo processo de reestruturação, marcado, em grande medida, pela concentração e pela desnacionalização. Em 1994, o Brasil tinha 230 bancos reduzidos a 179 em 1998.”(GONÇALVES, 1999, p. 163)

As privatizações ocorreram principalmente em bancos Estaduais e se deram quase que exclusivamente pela incapacidade destes em manter-se num ambiente de concorrência acirrada do início dos anos 90. A falta de competitividade se dava pois tais bancos estavam atrasados em investimentos tecnológicos se comparados com os

bancos privados, além de que os bancos privatizados tinham uma estrutura física , leia-se agências, excessivamente grande. Este número extremamente grande de agências era explicado, em grande parte, por razões políticas. E foi por razões políticas que os principais fatores que levaram às privatizações foram gerados. Estes eram a incompetência e a falta de idoneidade dos administradores dos bancos que por sua vez eram indicados por políticos locais.

Todos estes processos macro pelos quais o setor bancário enfrentou depois da estabilização da moeda, foram acompanhados por processos micro, ou seja, mudanças administrativas, de processo e de produtos, que transformaram ainda mais o setor. Os bancos para se adequarem a nova realidade criaram novos produtos e serviços, iniciaram a cobrança de determinadas tarifas anteriormente inexistentes, investiram ainda mais em tecnologia, reduziram a sua até então gigante estrutura física, e por consequência destes fatos reduziram e qualificaram ainda mais seu quadro de funcionários.

Em relação aos produtos, através de pesquisas os bancos se orientaram e definiram estratégias no lançamento, e segundo COSTA : “Passaram então a oferecer certificados de depósito (CDB), títulos e bônus do Tesouro, títulos dos governos estaduais e municipais, títulos de empresas, ações, metais preciosos, commodities (soja, café, metais etc.). Os produtos derivativos apareceram nos anos 80 e vão se sofisticando cada vez mais: troca (swap) de taxa de juros, futuro e opções de índices de ações, de moedas, de eurodólares, de commodities etc.”. (COSTA, 1999, p. 289).

A intensificação da oferta de novos produtos exigia que os processos fossem cada vez mais sofisticados, para que o processamento das informações e as transações fossem feitos de forma mais rápida, além de necessitar que a mão-de-obra estivesse adaptada a estes novos processos. A primeira exigência foi contornada com maciço investimento em tecnologia, estando assim o setor financeiro entre os setores de mais alta tecnologia na estrutura produtiva nacional. “Estando entre as primeiras empresas no país a fazer uso de computadores, os bancos pautaram a sua disputa no mercado pela busca de maior agilidade nas informações, característica reforçada pelos aprimorados esquemas de indexação que prevaleceram ao longo das últimas décadas.”(CARLEIAL ; VALLE, 1997, p.402)

A busca pela produtividade, pela agilidade das transações e pela redução de custos foi encarada de forma veemente. As mudanças constantes nos processos exigiam tecnologias cada vez mais sofisticadas e estas respondiam de forma cada vez mais rápida e intensa. A diferença entre as velhas formas de processo e as implementadas durante todo o processo de reestruturação nos mostram uma disparidade enorme, principalmente ao que se refere a custos de operações como detalha a GAZETA MERCANTIL :

**QUADRO 1 - CUSTOS DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS
BRASIL 1998**

TIPO DE TRANSAÇÃO	US\$
Na agência	1,07
Por telefone	0,54
Em caixa eletrônico	0,27
Via Home Banking	0,15
Via Internet	0,10

FONTE: GAZETA MERCANTIL. **Custos de operações bancárias.** Disponível em:
< <http://www.gazeta.com.br/pt/ajuda.aspx> >
Acesso em: 29 set. 2004.

Através do quadro podemos perceber que os custos de operações bancárias poderiam variar muito entre a tradicional forma de atendimento aos clientes e as novas formas de atendimento utilizadas. Para se ter uma idéia, o custo poderia variar aproximadamente 1070% entre o atendimento tradicional nas agências que onerava os bancos em US\$1,07 por atendimento e o custo do auto atendimento virtual através da internet que girava em torno de US\$0,10. Além de toda esta redução de custos, que vinha a calhar dado os objetivos dos reestruturadores do setor, a aceitação pelo público, que começou a utilizar as novas formas de atendimento, foi grande, o que acelerou ainda mais a intensificação tecnológica,

A questão da mão-de-obra qualificada foi resolvida com a redução do quadro de funcionários, e a qualificação, custeada muitas vezes pelos próprios bancos, do quadro

de funcionários restantes. Agora, um único funcionário exercia várias funções, compensando assim a ausência dos funcionários demitidos.

4 MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Para que possamos avaliar com maior clareza as conseqüências da reestruturação bancária no que se refere ao emprego no setor, faz-se necessário uma pesquisa mais ampla e para o caso isto se dará através desta seção que foca as características do emprego e do mercado de trabalho brasileiro. A análise pura e simples do emprego no setor bancário não nos permitiria avaliar os fatores externos não diretamente ligados à reestruturação, ou seja, às mudanças nos âmbitos conjuntural e estrutural não diretamente ligados às especificidades do setor financeiro. Com a pesquisa mais ampla do mercado de trabalho, abrangendo vários setores da economia, será possível avaliarmos as relações diretas entre o mercado de trabalho nacional e o mercado de trabalho no setor financeiro no que se refere a mudanças conjunturais e estruturais e os efeitos destas, bem como nos permitirá visualizar possíveis características próprias do setor bancário, caso elas existam.

O emprego é uma variável econômica e como tal sofre diretamente os efeitos de mudanças estruturais e conjunturais que determinada economia experimenta. O nível de emprego serve como um termômetro na economia, pois através dele pode-se avaliar o quão bem está o desempenho da economia de um país em um determinado período de tempo. Através destas avaliações, é permitido às autoridades econômicas a busca pelas melhores políticas de direcionamento das políticas monetária, fiscal e cambial a fim de buscar o crescimento econômico. Isto não quer dizer que historicamente todas as políticas econômicas utilizadas no Brasil foram com intuito de promover o crescimento do emprego e nem que toda vez que o crescimento econômico foi atingido, os níveis de empregos seguiram no mesmo ritmo, mas certamente o emprego é um sinalizador e pode ser utilizado como base para tais políticas.

Nos últimos vinte anos o Brasil passou por transformações sócio-econômicas que alteraram os níveis de emprego, quer seja para patamares mais elevados, quer seja para níveis mais inferiores. Nossa economia, que passou por um período de grande estagnação econômica ocorrida principalmente nos anos oitenta, entra na

década de noventa com níveis de inflação elevados mesmo após várias tentativas de combate. Apesar destes altos níveis, os investidores internacionais neste período tornam-se mais maleáveis com relação a confiança no Brasil e isto permitiu que o Brasil se inserisse com mais intensidade no mercado internacional, tanto no que se refere ao comércio de bens e serviços, quando no que se refere ao mercado de capitais, pois neste momento o país começa a resgatar parte da credibilidade abalada com a década de oitenta.

O início dos anos noventa marca um período de profundas transformações na estrutura sócio-econômica do país, pois após um período de grande estagnação e isolamento econômico o país se abre a economia mundial e recebe todos os efeitos, benéficos ou maléficos desta abertura. Como salienta FRANCO (1997, p. 19) " O país deixou há pouco tempo uma situação econômica muito instável e tenta firmar uma nova realidade, sem inflação e repentinamente aberta à concorrência internacional. Isso tem provocado muitos problemas para as empresas que viviam em um ambiente econômico fechado e se vêem agora lançadas na competição com multinacionais , sofrendo ainda com juros altos e restrições ao crédito".

Apesar do pequeno grau de abertura comercial se comparado com outras nações, o Brasil sofreu e ainda sofre grandes transformações que o obriga a se adequar sempre, ou pelo menos tentar, às novas condições do mercado. Tais transformações foram tão intensas e amplas que atingiram as áreas sociais, culturais, políticas e principalmente tecnológicas.

A abertura de mercado brasileira se deu através de dois focos principais. O primeiro foi a maior intensificação comercial no que se refere ao mercado de bens e serviços, sendo que o próprio setor bancário foi um grande exemplo disto pois foi neste período que tivemos uma grande entrada de bancos estrangeiros no país, quer seja através de aquisições de antigos bancos nacionais, quer seja através de fusões com outras instituições financeiras. Toda esta intensificação de relacionamento com o mercado externo através do comércio de bens e serviços fez com que a busca por mudanças nas bases nacionais de produção se tornasse uma meta, pois com a antiga estrutura produtiva que possuíamos, a competitividade não seria possível e muitos setores estariam fadados a falência, como o que aconteceu com a indústria de

brinquedos, que por falta de eficiência competitiva ou por problemas de escala, não foi suficientemente forte para manter-se no mercado após a entrada dos produtos asiáticos e hoje está consideravelmente reduzida.

O segundo foco da abertura comercial se deu através da livre entrada e saída de capital estrangeiro, que apesar de parecer uma forma de transação um tanto quanto distante da tradicional cadeia produtiva nacional e não mostrar-se claramente como uma variável responsável pelo crescimento ou redução dos níveis de emprego nacional, na verdade age de forma totalmente inversa. Este fluxo de capital atua de forma um tanto quanto cruel na nova economia globalizada, uma vez que se aproveita das melhores oportunidades momentâneas para obter cifras e ao menor sinal de risco se afugentam para mercados mais seguros. Isto gera instabilidade mundial, crises de produção e consumo e por conseqüência altera os padrões do emprego, sendo que os países em vias de desenvolvimento, nos quais o Brasil se inclui, são os mais atingidos pela inconstância do capital financeiro. Segundo CHAHAD e PICCHETTI (2003, p. 30), "... a abertura da economia promoveu uma interação com um mundo que apresenta grande volatilidade dos fluxos de capitais, crises financeiras freqüentes e fortes restrições aos movimentos internacionais da mão-de-obra, aumentando a vulnerabilidade do mercado de trabalho."

Com um mundo tão globalizado comercialmente existe a necessidade das nações buscarem as melhores condições de competitividade e com o Brasil isto não foi diferente, pois a partir do início dos anos noventa, período em que o comércio internacional se tornou mais intenso, o país iniciou uma corrida em busca da melhor alocação dos meios de produção e uma das maneiras encontradas para isto foi através da intensa reestruturação tecnológica em todos os setores produtivos da economia. "Muitas empresas em países de terceiro mundo têm sido forçadas a investir pesadamente em tecnologia de automação, para garantir velocidade de entrega e controle de qualidade num mercado global cada vez mais competitivo". (RIFKIN, 1995, p. 226). Esta tecnologia oriunda do exterior foi utilizada principalmente no setor industrial que tradicionalmente absorvia boa parte da nossa mão-de-obra e além disto em média proporcionava os melhores salários. Esta substituição gerou um grande número de dispensas no setor como citam CHAHAD E PICCHETTI (2003, p.30)

"Ademais, a abertura comercial teve seu maior impacto no mercado de trabalho do setor industrial, provocando um grande volume de dispensas de trabalhadores, inclusive de maior nível de qualificação, o que tem contribuído para aumentar sensivelmente os elementos estruturais que compõem a taxa de desemprego aberto". Como veremos a frente, este fato gerou um fenômeno interessante, qual seja, o aumento do desemprego entre as pessoas com maior grau de instrução.

Outra grande transformação ocorrida no Brasil a partir dos anos noventa e que está diretamente relacionada à abertura de mercados é a mudança na função do Estado como estimulador e gerador de empregos. Tradicionalmente o Estado era um grande absorvedor de mão-de-obra e, com a nova realidade, esta função reduziu-se significativamente, pois através de políticas "neoliberais" o Estado transferiu para o setor privado, através das privatizações, a gestão de alguns dos setores vitais para manter uma economia capitalista no eixos. Setores fundamentais como o elétrico, de saneamento, de comunicações e financeiro (leia-se bancos Estaduais) entre outros foram transferidos para a gestão privada incluindo aí a concorrência externa. Como daí em diante já não existia a preocupação por parte do setor privado na manutenção e absorção de mão-de-obra e sim a busca pela maior competitividade, houve reestruturações nos setores privatizados sendo que a utilização de novas tecnologias e a busca por profissionais mais qualificados foram algumas das principais ferramentas utilizadas. Estes fatores foram os principais causadores da redução de postos de trabalho em tais setores. CHAHAD e PICCHETTI (2003, p. 31) nos explicam:

... o processo de privatizações promoveu ajustes no estoque de mão-de-obra das empresas privatizadas, com implicações ainda incertas para o mercado de trabalho, (...) o setor privatizado tem passado por um processo de racionalização imposto pelo setor privado, vindo a representar alguma fonte de desemprego, inclusive de pessoal com muito tempo de empresa, e decorrente do seu anterior caráter público.

Uma economia mais dinâmica e políticas mais liberais fizeram com que o perfil do mercado de trabalho e principalmente do trabalhador mudassem abruptamente se comparado com períodos econômicos anteriores, e caberá ao estudo em questão mostrar estas mudanças de perfil. Para isto utilizaremos fontes elaboradas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a partir de dados da PME/IBGE. O período de abordado é

de 1991 a 2002 para todas as características e atributos pessoais dos trabalhadores expostas a seguir.

Neste período utilizado para o estudo aconteceram, além da abertura comercial e financeira já citada, outros fatos importantes que certamente influenciaram a variação dos níveis de empregos, dentre os quais podemos destacar a implementação do Plano Real em 1994 e a desvalorização da moeda frente ao dólar no início de 1999. Estes acontecimentos por sua importância e alcance alteraram, não necessariamente no mesmo sentido, o comportamento das taxas de desemprego como podemos perceber no Quadro nº2:

QUADRO 2 - TAXA DE DESEMPREGO ABERTO NAS
REGIÕES METROPOLITANAS (a) - 1991-2002 - (MÉDIA ANUAL)

Ano	Taxa (%)
1991	4,8
1992	5,9
1993	5,3
1994	5,1
1995	4,7
1996	5,4
1997	5,7
1998	7,6
1999	7,5
2000	7,1
2001	6,2
2002 (b)	6,2

FONTE: PME/IBG

NOTA: Quadro extraído de: CHAHAD, J. P. Z.; PICHETTI, P. **Mercado de trabalho no Brasil**: padrões de comportamento e transformações institucionais, editora LTC, São Paulo, 2003

(1) Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador

(2) Janeiro/Setembro

No início da década de 90 a abertura comercial forçou as empresas a buscarem maior competitividade e para tal houve uma reformulação nas formas de produção. O aumento de investimento em tecnologia gerou como contrapartida, a redução de investimento em mão-de-obra. O ápice do desemprego nesta fase foi os 5,9% atingidos em 1992.

Com a estabilização de preços atingida através da implementação do Plano Real, a taxa de desemprego aberto voltou a diminuir, pois com a sensação de moeda forte e de poder de compra melhorado, a economia nacional foi reaquecida através do consumo interno, o que gerou uma redução da taxa de desemprego aberto nos dois

anos subsequentes. O Plano Real tinha como uma de suas bases a paridade de câmbio frente ao dólar e esta foi mantida basicamente através de reservas constituídas por saldos da balança comercial obtidas principalmente num período anterior a implementação do plano e receitas advindas do processo de privatizações. O período de crescimento do emprego não durou muito e três fatores foram os principais determinantes para a volta do crescimento das taxas de desemprego. O primeiro foi que com o a moeda nacional “forte” as importações se tornaram mais baratas e isto gerou uma crescente procura por produtos estrangeiros. Esta procura reduziu o consumo por produtos nacionais o que, por conseqüência, reduziu a produção e o emprego. O segundo e o terceiro estiveram intimamente ligados e foram a redução das reservas necessárias para manter a paridade e a elevação da taxa de juros decorrente da instabilidade financeira internacional. Com a taxa de juros elevada e a dificuldade na manutenção da paridade, as taxas de desemprego juntamente com outros indicadores econômicos começaram a piorar e já entre os anos de 1996 e 1998 as taxas de desemprego tiveram um aumento significativo, passando de 5,4 para 7,6%, um aumento de aproximadamente 40% em apenas três anos. Segundo CHAHAD e PICCHETTI (2003, p. 34) somente “...com a desvalorização cambial de janeiro de 1999, restabeleceu-se um clima mais otimista e a economia voltou a crescer, principalmente em 2000, revertendo a tendência de queda do desemprego.”

Todos estes fatores conjunturais ocorridos na década de noventa influenciaram os níveis de desemprego e para qualquer característica analisada a seguir esta verdade se mantém. Verificando algumas características do desemprego, iniciaremos a pesquisa pela Quadro nº3, que se refere a taxa de desemprego por gênero. Neste quadro poderemos notar que a tendência se mantém se comparada com a tabela geral, com variações nas taxas de desemprego em ambos os gêneros, todavia as variações para cada gênero não foram homogêneas.

QUADRO 3 - TAXA DE DESEMPREGO POR GÊNERO - BRASIL - PME (%)

ANO	MASCULINO	FEMININO
1991	4,81	4,89
1992	5,63	6,03
1993	5,15	5,59
1994	4,82	5,45
1995	4,53	4,84
1996	5,01	6,08
1997	5,28	6,26
1998	7,09	8,34
1999	7,03	8,26
2000	6,46	8,01
2001	5,86	6,73
2002	6,76	7,83

FONTE: PME/IBGE

NOTA: Quadro extraído de: IPEA / MTE, **Mercado de Trabalho:**

Conjuntura e Análise, nº 21, Anexos Estatísticos p. 28, FEV/2003.

Apesar da tendência de crescimento e diminuição das taxas de desemprego seguirem o mesmo sentido em toda a tabela, o gênero feminino em todo o decorrer do período de análise foi mais sensível e teve menos poder de recuperação em fases de melhora destes níveis. De uma taxa de desemprego praticamente igual a do gênero masculino no início da pesquisa, as mulheres viram sua situação se complicar mais, se comparada a situação dos homens. Este aumento mais expressivo nas taxas de desemprego do gênero feminino se deu provavelmente pela maior entrada de mulheres no mercado de trabalho. Este fenômeno que começou a se intensificar na década de setenta, manteve-se pelas décadas seguintes e ao que tudo indica, a entrada de mulheres no mercado de trabalho é uma realidade da estrutura produtiva atual.

A próximo quadro analisado é o que exprime com maior eficácia a nova relação entre o trabalhador e a reestruturação produtiva após a abertura comercial ocorrida no início da década de noventa. Ele nos apresenta a taxa de desemprego por grau de instrução e como podemos verificar, alguns fatos interessantes aconteceram nesta característica do trabalhador e que merece ser verificado com maior atenção.

Inicialmente percebe-se que os trabalhadores com menor grau de qualificação têm suas taxas de desemprego acompanhando o movimento cíclico da economia, enquanto os trabalhadores com maior grau de qualificação tiveram suas taxas

aumentadas mais que proporcionalmente aos menos qualificados e com tendência crescente.

QUADRO 4 - TAXA DE DESEMPEGO POR GRAU DE INSTRUÇÃO – BRASIL
PME (%)

MÉDIA	0 - 4	5 - 8	9 - 11	> - 12
1991	3,88	7,03	5,37	2,59
1992	4,62	8,56	6,50	2,52
1993	4,33	7,40	6,19	2,57
1994	4,03	7,03	6,00	2,41
1995	3,57	6,47	5,60	2,24
1996	4,15	7,30	6,61	2,85
1997	4,46	7,65	6,84	2,66
1998	6,11	9,62	9,13	4,03
1999	5,94	9,27	9,39	4,04
2000	5,42	8,43	9,17	3,80
2001	4,67	7,31	8,19	3,12
2002	5,09	8,18	9,65	3,88

FONTE: PME/IBGE

NOTA: Quadro extraído de: IPEA / MTE, **Mercado de Trabalho:**

Conjuntura e Análise, nº 21, Anexos Estatísticos p. 28, FEV/2003.

Este fenômeno em parte é explicado pela busca por melhores condições nos níveis educacionais, a fim de participar de forma mais competitiva do novo cenário econômico nacional. A melhora nas condições da educação, apesar de não ter sido a idealizada pelos educadores, ainda assim elevou a proporção de pessoas com grau de instrução mais elevado e este fator foi um dos principais responsáveis pelos aumentos dos desempregados com maior nível de escolaridade.

No caso brasileiro isto não quer dizer que a qualidade do ensino tenha acompanhado a quantidade de trabalhadores com maiores níveis de escolaridade em todo este processo, o que piorou ainda mais a situação. O que se vê então é um aumento de trabalhadores pertencentes às faixas de instrução entre 5-8 e 9-11, o que automaticamente levou ao aumento do desemprego nestas faixas, principalmente na que se refere a de pessoas com ensino médio.

Seguindo a tendência geral, o desemprego entre pessoas com mais de 12 anos de instrução escolar teve sua taxa aumentada de 2,59% no início da série (1991) para 3,88% no final desta (2002). Universitários e profissionais formados, que num passado não muito distante pouco se preocupavam com o desemprego, agora vêem suas possibilidades de manutenção e obtenção de um emprego reduzidas. Como no caso

anterior, este fato se deu pela maior entrada de pessoas nesta faixa de instrução, o que gerou uma relativa saturação no mercado. (IPEA; MTE, 2003) Este fenômeno é muito preocupante a medida em que o crescimento das vagas no mercado de trabalho não acompanhou e não vem acompanhando o aumento da quantidade de profissionais com maior grau de qualificação.

Através do Quadro nº5 podemos perceber que o desemprego aumentou em todas as faixas etárias no período analisado, mas o mais interessante é destacar as peculiaridades existentes em algumas faixa:

QUADRO 05 - TAXA DE DESEMPREGO POR FAIXA ETÁRIA – BRASIL - PME (%)

MÉDIA	15 - 17	18- 24	25 - 29	30 - 39	40 – 49	50 - 59	60 - 64	> - 65
1991	11,73	9,18	5,50	3,62	2,21	1,32	0,93	0,59
1992	14,10	11,00	6,80	4,24	2,73	1,81	1,31	1,01
1993	12,38	10,44	6,21	3,96	2,55	1,85	0,96	0,76
1994	12,01	9,72	6,18	3,77	2,45	1,60	0,89	0,82
1995	10,88	9,23	5,44	3,60	2,13	1,64	1,25	0,91
1996	13,09	10,49	6,20	4,29	2,78	1,87	1,25	1,23
1997	13,90	10,94	6,65	4,48	3,04	2,25	1,23	1,23
1998	18,31	14,00	8,73	6,12	4,34	3,30	2,37	1,32
1999	17,86	14,53	8,36	6,00	4,52	3,48	2,55	1,85
2000	16,92	13,98	8,11	5,57	4,25	3,10	1,77	1,75
2001	13,41	12,50	7,24	5,06	3,59	2,93	1,91	1,07
2002	16,89	14,50	8,01	5,80	4,46	3,10	1,86	1,66

FONTE: PME/IBGE

NOTA: Quadro extraído de: IPEA / MTE, **Mercado de Trabalho**: Conjuntura e Análise, nº 21 Anexos Estatísticos p. 29, FEV/2003.

Percebe-se que a medida em que a faixa etária aumenta o nível de desemprego é menor. A maior taxa entre os jovens é decorrente da baixa produtividade, pouca experiência e rotatividade, além de se pressupor que estes períodos sejam de aprendizagem escolar, o que explicaria em partes as altas taxas de desemprego na juventude. Acima dos vinte e cinco anos percebe-se uma redução significativa nos níveis de desemprego e que a cada faixa etária superior verificada reduzem-se ainda mais. Esta situação é explicada pois os atributos ausentes nas primeiras faixas etárias, tal como experiência, baixa rotatividade e produtividade são encontrados com maior frequência nestas faixas. (IPEA; MTE, 2003)

O último quadro analisado nesta seção será também o que nos permitirá fazer uma melhor relação entre o desemprego na economia brasileira em geral e o desemprego específico no setor financeiro. Isto será possível pois este setor pertence

ao ramo de serviços de uma economia e com isto, analisando ramo a ramo, veremos a evolução do desemprego em cada setor produtivo. Observemos o Quadro nº6 tal com segue:

QUADRO 6 - TAXA DE DESEMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE – BRASIL - PME (%)

MÉDIA	IND. TR.	CONS. CIV	COMERCIO	SERVIÇOS	OUTROS
1991	6,48	5,61	5,34	4,75	0,63
1992	7,67	6,86	6,26	5,63	0,85
1993	6,59	6,59	5,66	5,23	0,86
1994	6,25	6,03	5,42	5,05	0,80
1995	5,85	5,45	5,04	4,64	0,77
1996	6,90	5,94	6,02	5,50	0,79
1997	7,05	6,23	6,37	5,76	0,92
1998	9,09	8,88	7,98	7,74	1,12
1999	8,33	9,32	8,07	7,76	1,16
2000	7,56	8,59	7,40	7,43	1,16
2001	6,77	7,76	6,66	6,33	1,20
2002	8,13	8,51	7,84	7,15	1,17

FONTE: PME/IBGE

NOTA: Quadro extraído de: IPEA / MTE, **Mercado de Trabalho**: Conjuntura e Análise, nº 21, Anexos Estatísticos p. 30, FEV/2003.

A pesquisa deste quadro foi feita com base nos principais ramos de atividade no que se refere a produção, geração de renda e de empregos na economia nacional. Observamos que em todos os setores houve crescimento nos níveis de desemprego para o período como um todo e que estas variações oscilaram de acordo com as questões conjunturais já citadas. Pode-se notar também que apesar de toda a reestruturação financeira ocorrida e do desemprego por ela gerada, os números mostram que o setor de serviços, no qual o setor financeiro se insere, teve desde o início as menores taxas de desemprego.

Através desta observação percebe-se a impossibilidade da avaliação do impacto da reestruturação do setor financeiro no que se refere ao aumento dos trabalhadores desempregados se analisado puro e simplesmente os números acima, pois é bem possível que os trabalhadores dispensados do setor financeiro possam ter sido aproveitados em outros ramos do próprio setor de serviços, dada a qualificação acima da média destes profissionais. Para contornar tal problema, torna-se interessante então uma pesquisa no próprio setor financeiro e através dela, fazer a relação com os outros setores da economia, a fim de verificar possíveis coincidências e especificidades.

No entanto, importante destacar que nesta seção foi possível visualizarmos que tanto na leitura do Quadro nº2 que trata da taxa de desemprego aberto, que nos dá uma visão geral do desemprego, quanto na observação dos outros Quadros (3, 4, 5) com os atributos pessoais e do Quadro nº6 com a taxa de desemprego nos setores, percebe-se que as variações das taxas de desemprego são uniformes no sentido de variarem na mesma direção em determinado ponto analisado em cada período. Isto se deu pois todas as características analisadas sofreram influências determinadas por mudanças no cenário econômico, sejam elas num contexto local ou internacional.

5 CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO NO SETOR FINANCEIRO

Desde meados dos anos 60 até o início dos anos 90 o sistema financeiro nacional passou por grandes transformações. Estas ocorreram devido a vários motivos, sendo que podemos destacar como principais, o crescimento econômico brasileiro nas décadas de 60 e 70, o fim do ciclo dos altos ganhos advindos da Ciranda Financeira e a abertura comercial e financeira do início do anos 90.

Estas transformações ocorreram basicamente alicerçadas sobre dois aspectos: o primeiro foi o legal, ou seja, com a interferência do Governo e órgãos ligados ao setor financeiro, ocorreram reformas que procuraram preparar o setor para uma nova realidade econômica e financeira presente ou que estaria por vir. Estes são os casos das reformas de 64, que teve como principal objetivo o condicionamento do setor financeiro para que este pudesse fomentar os projetos de crescimento e desenvolvimento econômico que se iniciavam e da reforma de 88 que objetivou dar aos bancos um alento, através da liberação das formas de atuação no setor, a fim de se compensar a queda brusca da rentabilidade obtida pelos bancos no período do "spread" bancário.

Na primeira reforma adotou-se o princípio da “compartimentalização” de áreas específicas de atuação para cada tipo de instituição financeira, sendo que este controle seria feito por autoridades competentes, neste caso o Banco Central. Este controlaria as instituições financeiras, dando-as suporte legal e institucional para a atuação no

mercado interno. O principal objetivo foi o de prover ao sistema financeiro nacional com instituições modernas que pudessem atender às necessidades econômicas do país.

O segundo aspecto significativo em todo este processo de transformação no setor é no tocante a própria forma capitalista de produção, ou seja, com o crescimento da competitividade interna do setor e a entrada neste mercado da concorrência externa, viu-se a necessidade de se buscar maneiras para enfrentar este mercado tão acirrado e competitivo, sendo que o principal exemplo disto foi a reestruturação bancária ocorrida no início dos anos 90 logo após a abertura financeira e comercial da economia nacional. Essa abertura ampliou a competição no sistema bancário e criou condições para que várias empresas brasileiras tivessem acesso ao mercado de capitais internacional como fonte de financiamento a longo prazo, dado que neste período a confiança externa em relação ao Brasil já vinha sendo resgatada.

Para se adequar à nova realidade buscou-se uma reestruturação interna através da melhoria nos produtos e nos processos. Para tal, iniciou-se uma corrida desenfreada atrás de maneiras para aumentar a fatia de mercado de cada banco e algumas das formas mais utilizadas pelos bancos foram, no que diz respeito ao produto, a oferta de uma gama cada vez mais variada de serviços direcionadas aos mais variados tipos de investidores e com relação ao processo, ocorreu uma intensa mudança nas formas de atuação nas agências, onde a automação foi e ainda hoje é o destaque. Segundo COSTA (1999, p. 289):

... para compensar a brusca queda do spread inflacionário e dos ganhos com o financiamento dos títulos da dívida pública, o sistema bancário teve de fazer um ajuste de custos e receitas, cobrando tarifas de serviços e elevando as operações ativas de crédito (...) O susto provocado pelo risco de quebra com uma súbita estabilização, mostrou aos banqueiros que o processo de redução do número de agências e do pessoal não devia ser meramente conjuntural. Esse processo continuou simultaneamente a automação do sistema bancário.

Como citado, com o aumento da automação no setor financeiro, iniciou-se também uma reformulação no quadro de funcionários. Os que não foram demitidos acabaram passando por processos de requalificações para que pudessem atender às novas necessidades dos bancos. Pode-se dizer que este período de intensa automação foi marcado também por grandes transformações no que se refere ao perfil do profissional do setor financeiro. Estas transformações ocorreram em vários aspectos

e neste capítulo procurar-se-á apresentar alguns deles. Este estudo será feito com base em dados do setor financeiro da grande São Paulo obtidos através de pesquisas feitas pelo convênio SEADE-DIEESE no período entre 1988 e 1994. Justifica-se a utilização das informações obtidas da grande São Paulo, pois esta é o termômetro da economia nacional e serve como referência para determinada seção. Os principais pontos analisados serão as mudanças ocorridas na categoria ocupacional, distribuição dos bancários por sexo, faixa etária, grau de instrução e tempo de serviço.

Com a evolução do setor bancário principalmente liderado pela introdução tecnológica, os meios de se administrar o processo foram adquirindo uma reorganização funcional e com isto, com o passar do tempo, houve a eliminação da duplicação de tarefas, simplificação nos procedimentos internos, flexibilização da jornada de trabalho, da remuneração e da função, a ampliação das tarefas executadas bem como a maior utilização de serviços terceirizados. Toda esta reorganização, incidiu diretamente na força de trabalho dos bancos, mudando assim a característica do profissional do setor.

A simplificação nos procedimentos internos gerados pelas novas tecnologias introduzidas possibilitou à gerência o controle direto dos processos, reduzindo assim a necessidade de chefias intermediárias como podemos perceber no quadro 7. Em contrapartida, houve um crescimento substancial nos postos de trabalhos voltados à gerência, pois além da necessidade do aumento para absorver as funções acumuladas do cargo das chefias intermediárias, com o decorrer dos anos os bancos procuraram cada vez mais privilegiar o atendimento de maior qualidade aos médios e grandes clientes sendo necessário, então, o aumento do número de gerentes para atender a tal necessidade. Este Quadro nos mostra que no período analisado houve um crescimento de aproximadamente 143% na ocupação de gerência ao passo que aconteceu uma redução de 70% nos cargos de chefias intermediárias no período entre 1979 e 1993.

Seguindo a mesma tendência, a base da pirâmide dos postos de trabalho no setor bancário, os escriturários, que ocupavam no final dos anos setenta a maioria dos postos de trabalho no setor, viram suas ocupações sendo reduzidas de forma intensa. De um total de 58% dos postos ocupados em 1979, houve uma impressionante

redução, atingindo em 1993, o patamar de 27% dos postos. Esta redução além de ter sido ocorrida pelo mesmo motivo que gerou a diminuição dos postos intermediários, qual seja, a introdução tecnológica, ainda teve como outro elemento causador, a utilização de serviços terceirizados, que substituíam os escriturários em funções mais simples como manutenção e limpeza, suporte técnico e processamento de dados.

QUADRO 7 – MUDANÇAS NOS PRINCIPAIS POSTOS
DE TRABALHO - (em %)

Ocupações	1979 ⁽¹⁾	1988 ⁽²⁾	1993 ⁽²⁾
Gerências	7,00	7,00	17,00
Chefias Intermediárias	19,00	10,00	6,00
Caixas	12,00	12,00	15,00
Escriturários	58,00	34,00	27,00

FONTE: DIEESE.

ELABORAÇÃO: DIEESE - SEEB/Rio.

NOTA: Quadro extraído de: **Reestruturação produtiva reduz emprego nos bancos** www.dieese.org.br/bol/esp/estjul97.xml
Acesso em: 28 out. 2004

(1) Dados relativos ao Estado de São Paulo.

(2) Dados referentes à Grande São Paulo.

Toda esta transformação que ocasionou o aumento do número de gerentes e a redução dos cargos intermediários e dos escriturários gerou também um outro fenômeno no setor: o aumento do grau de escolaridade dos bancários com podemos perceber na seqüência, observando o Quadro nº8. Com a necessidade de acompanhar todos os novos procedimentos de atuação, os bancos optaram por manter em seus quadros funcionários cada vez mais qualificados, opção esta que impôs ao bancário a necessidade de um aprimoramento contínuo na tentativa de acompanhar as mudanças no setor. É correto que o sistema financeiro seguiu uma tendência que todos os setores seguiram quando se fala em grau de instrução pois, no geral, na década de 70 o grau de instrução da maioria dos trabalhadores brasileiros era realmente baixo e com o decorrer dos anos o nível de escolaridade do cidadão brasileiro melhorou, mas a intensidade com que este perfil mudou no setor foi significativa. No final da década de 70, somente 13% dos funcionários do setor bancário no Estado de São Paulo possuíam nível universitário, contra a maioria esmagadora de 91% do restante dos bancários que

possuíam entre primeiro e segundo grau completo. Esta tendência se reverteu nos anos noventa, principalmente nas duas pontas dos graus de instrução pois os dados relativos ao ano de 1996 nos mostram que os funcionários com apenas o primeiro grau completo representavam apenas 10,73% de todo o quadro, ao passo que, os bancários com terceiro grau completo já representavam 34,08 % do total de empregados. (DIEESE, 2004)

Esta melhora no grau de instrução dos funcionários do setor financeiro pode ser também explicada pela própria redução das vagas no setor. Um vez que existiu a necessidade de dispensa de funcionários, dada a característica da reestruturação, presumisse que os funcionários com menor grau de instrução foram os que mais engrossaram a fileiras de dispensados. Isto ocasionou então uma melhora no grau de instrução do setor como um todo, na medida em que, com raras exceções, somente os mais qualificados permaneceram em seus cargos.

Percebe-se com estes dados, que esta mudança no perfil do funcionário no que cerne a instrução tende a permanecer e que a necessidade da busca por uma melhor qualificação foi e será uma constante no seu ramo de atuação.

QUADRO 8 – GRAU DE INSTRUÇÃO DO BANCÁRIO – (EM %)

Anos	1º Grau completo	2º Grau completo	3º Grau completo
1979 ⁽¹⁾	40,00	41,00	13,00
1988 ⁽²⁾	38,00	43,00	18,70
1993 ^{(2)</SUP}	25,00	49,60	25,60
1994 ⁽³⁾	15,00	56,40	28,00
1996 ⁽³⁾	10,73	55,18	34,08

FONTE: DIEESE e Febraban

ELABORAÇÃO: DIEESE - SEEB/Rio

NOTA: Quadro extraído de; **Reestruturação produtiva reduz emprego nos bancos** www.dieese.org.br/bol/esp/estjul97.xml

Acesso em: 28 out. 2004

(1) Dados relativos ao Estado de São Paulo.

(2) Dados referentes à Grande São Paulo.

(3) Dados da Febraban

Antigamente, os bancos se caracterizavam pela temporalidade, ou seja, estes pertenciam a um setor que a rotatividade de empregos era muito elevada. Contrapondo os quadros relativos a postos de trabalho, idade média dos bancários (que veremos a

seguir) e o Quadro 9, que nos mostra o tempo de permanência dos funcionários nos bancos, percebemos que antigamente o perfil do empregado no que se refere a tempo de serviço, era mesmo de pouca permanência no banco. O principal exemplo disto era o escriturário que se caracterizava pela baixa idade, baixo grau de instrução e pela pouco tempo de permanência no setor, mas vale destacar que a rotatividade não era característica apenas dos funcionários pertencentes a este cargo.

Entre 1979 e 1996 esta característica do empregado no setor financeiro começou a seguir outros rumos, dado que no final dos anos setenta, 52% dos funcionários dos bancos do Estado de São Paulo permaneciam no máximo até cinco anos em seus empregos e em 1996 esta rotatividade caiu para 25,43%. Em contrapartida, a estabilidade empregatícia para o mesmo período de análise teve progressos consideráveis, pois entre 79 e 96 a permanência no setor de funcionários com mais de dez anos aumentou mais de 138%. Esta estabilidade justifica-se também pela necessidade dos bancos em manter seus funcionários qualificados, uma vez que a nova realidade bancária necessita de profissionais com determinadas características.

QUADRO 09 – EVOLUÇÃO DO TEMPO DE PERMANÊNCIA NO BANCO - (em %)

Anos	Até 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos
1979 ⁽¹⁾	52,00	28,00	20,00
1994 ⁽²⁾	29,00	32,80	38,20
1995 ⁽²⁾	21,38	30,77	47,86
1996 ⁽²⁾	25,43	26,74	47,70

FONTE: DIEESE e Febraban

ELABORAÇÃO: DIEESE - SEEB/Rio

NOTA: Quadro extraído de: **Reestruturação produtiva reduz emprego nos bancos** www.dieese.org.br/bol/esp/estjul97.xml

Acesso em: 28 out. 2004

(1) Dados para o Estado de São Paulo.

(2) Dados da Febraban.

Naturalmente, a medida em que a permanência dos funcionários nos bancos aumenta, a idade média dos bancários tende a aumentar por consequência. Apesar da série utilizada para a pesquisa, representada no Quadro 10, ser relativamente pequena podemos ter uma base para fundamentar a afirmativa acima. Entre 1994 e 1996 os dados da Febraban nos mostram que a tendência de evolução da idade média dos funcionários é positiva para idades entre 30 e 49 anos e negativa para idades entre 19

e 29 anos. Estes dados caracterizam um setor com empregos estáveis e por isto, com funcionários com média de idade mais elevada.

QUADRO 10 – EVOLUÇÃO DA IDADE MÉDIA DOS BANCÁRIOS - BRASIL 1994/96 - (em %)

Idade	Até 19 anos	De 20 a 29	De 30 a 39	De 40 a 49	50 anos ou mais
1994	1,80	34,80	43,50	16,90	3,00
1995	1,86	29,59	43,24	22,78	2,52
1996	1,14	26,60	45,09	24,61	2,56

FONTE: Febraban

ELABORAÇÃO: DIEESE - SEEB/Rio

NOTA: Quadro extraído de: **Reestruturação produtiva reduz emprego nos bancos**
www.dieese.org.br/bol/esp/estjul97.xml Acesso em: 28 out. 2004

Outra mudança no perfil analisada neste capítulo diz respeito a distribuição por sexo (Quadro 11). Nota-se uma crescente ocupação das vagas no setor pelo sexo feminino e em contrapartida, uma redução das vagas ocupadas pelo sexo masculino. Apesar de ser um curto período de análise, percebe-se a crescente entrada das mulheres neste ramo que em tempos mais remotos era ocupado quase que exclusivamente pelo sexo masculino. Esta é uma tendência geral, a medida que cada vez mais as mulheres vem lutando pelos mesmos direitos de condições e salários.

**QUADRO 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS BANCÁRIOS POR SEXO -
GRANDE SÃO PAULO 1988-93**

Anos	Distribuição dos bancários, por sexo		
	Total	Homens	Mulheres
1988	100,0	56,6	43,4
1989	100,0	56,8	43,2
1990	100,0	54,8	45,2
1991	100,0	55,7	44,3
1992	100,0	53,5	46,5
1993	100,0	55,5	44,5

FONTE: SPG. Convênio SEADE-DIEESE

NOTA: Quadro extraído de: UNICAMP, **O sistema bancário no contexto do mercado de trabalho brasileiro – Cap II.**

<<http://cedes-gw.unicamp.br/pesquisa/artigos/LILIANA/cap2.html>>
Acesso em: 05 nov. 2004.

O último quadro analisado nesta sessão, é o que contrapõe as instituições financeiras à outros setores da economia utilizando algumas características acima citadas. Este nos permitirá vislumbrar possíveis especificidades entre o empregado do setor financeiro e o empregado de outros setores. Além da questão da remuneração

média e dos níveis de escolaridade, os bancos se destacaram por pertencerem a um setor com baixa rotatividade de empregos. Tais dados podem ser confirmados na Quadro nº 12 que se segue:

QUADRO 12 – A QUALIDADE DO EMPREGO FORMAL – BRASIL - 1992

Serviços e atividades selecionadas	Remuneração média (em salários mínimos)	Empregos c/ pelo menos o 1º grau completo (%)	Empregos c/ menos de 2 anos de tempo de serviço
Extrativa mineral	7,8	36,4	33,9
Ind. Transformação	5,6	38,5	43,6
Ind. Mat. Transporte	10,2	44,5	23,9
Ind. Metalúrgica	6,9	39,8	34,9
Ind. Alimentícia	3,7	26,6	48,9
Serviço Utilidade. Pública	12,2	65,3	10,5
Construção Civil	4,0	24,4	71,8
Comércio	3,2	56,7	56,2
Serviços	5,6	56,0	43,6
Inst. Financeiras	13,5	95,1	15,6
Serv. Comunicação.	11,8	79,6	10,1
Serv. Méd. odont.	3,8	67,7	41,9
Serviço transportes	5,3	34,4	43,2
Serviços pessoais	2,5	32,1	62,2
Com. Adm. Imóv.	4,0	43,9	60,6
Adm. Pública	4,4	73,3	15,8
Agropecuária	2,4	13,7	52,3
Total//Brasil	5,0	53,7	40,4

FONTE: MTb/RAIS 92.

ELABORAÇÃO: FGV/IBRE/CEEG.

NOTA: Quadro extraído de: UNICAMP, **O sistema bancário no contexto do mercado de trabalho brasileiro – Cap II.**

<<http://cedes-gw.unicamp.br/pesquisa/artigos/LILIANA/cap2.html>>

Acesso em: 05 nov. 2004.

Nota-se no Quadro nº 12 que entre todas as atividades selecionadas, as instituições financeiras são as que apresentaram os melhores resultados num âmbito geral pois além de proporcionarem as melhores remunerações, que em média girava em torno de 13,5 salários mínimos no ano de 1992, ainda possuíam a menor proporção de empregados com apenas o primeiro grau completo, 4,9 %. O elevado grau de escolaridade de seus funcionários levava automaticamente a um aumento dos salários, elevando assim, a diferença da remuneração entre o setor financeiro e os outros setores da economia. No que se refere a rotatividade do trabalho, o setor está entre os setores com menor grau de rotatividade, com apenas 15,6 da sua força de trabalho com menos de 2 anos de tempo de serviço. (MTB/RAIS, 1992)

De uma forma ou de outra, todos estes perfis acima analisados se interligam ou se correlacionam, e servem de modo eficaz para explicar o desenvolvimento do setor bancário entre as décadas de 70 e 90, principalmente ao que tange o empregado, bem como as principais características deste desenvolvimento.

6 DESEMPREGO NO SETOR FINANCEIRO

No capítulo 4 tratamos dos níveis de desemprego num âmbito global, ou seja, pudemos verificar as taxas de desemprego no principais setores da economia nacional no período entre 1991 e 2002. A partir daí percebeu-se a necessidade de uma análise mais específica do desemprego no setor financeiro nacional. Isto se faz necessário porque somente a contraposição entre os resultados do setor de serviços, onde o setor financeiro está incluso, e os resultados dos demais setores não nos possibilitaria mensurar a real dimensão do desemprego no setor financeiro decorrente da reestruturação e de todos os meios utilizados nela. A mensuração dos números no setor nos permitirá visualizar o quão sensíveis os postos de trabalho estiveram com relação à reestruturação, ou se realmente o desemprego seguiu uma tendência geral, estando então ligado mais a questões conjunturais do que a fatos internos ao setor.

No contexto da reestruturação financeira, quais foram os principais elementos que supostamente vieram a provocar a redução dos postos de trabalho? Ao que tudo indica, os elementos de maior relevância foram o processos de privatizações, fusões e aquisições iniciados no início da década de noventa, a redução quantitativa tanto no que se refere ao número de bancos, quanto no que diz respeito ao número de agências e por último o processo de reengenharia de processos que através da utilização maciça da tecnologia provocou uma revolução no sistema financeiro. O mais interessante é que de certa forma todos estes elementos estão interligados e todos atuaram de modo a acelerar todo este processo de reestruturação.

Por exemplo, quando um banco era privatizado o número de bancos era reduzido e naturalmente muitos postos de trabalho eram findados em questão de pouco tempo, a medida em que os bancos estatais caracterizavam-se por uma inchada estrutura. Logo após, com a aplicação da reengenharia e o investimento em tecnologia de automação, mais postos de trabalho eram findados uma vez que muitas destas

novas máquinas utilizadas pelos bancos eram altamente poupadoras de mão-de-obra. Sobre este aspecto RIFKIN¹ (1995, p. 57) cita que “ Entre 1983 e 1993, os bancos eliminaram 179 mil caixas humanos, ou 37% de sua força de trabalho, substituindo-os por caixas automáticos. Por volta do anos 2000, mais de 90% dos clientes de bancos usarão caixas automáticos.” Como a estrutura dos bancos estatais era inchada, a redução das agências era inevitável, o que causava ainda mais demissões no setor. Este foi somente um exemplo de como todos os elementos acima citados se correlacionavam durante a reestruturação.

Com todo este processo de transformação pelos quais os bancos passaram, é evidente que os níveis de desemprego começaram a crescer no setor. No mesmo período em que iniciou-se a intensa reestruturação no setor financeiro a redução nos postos de trabalho no setor começou a se intensificar e de modo contínuo, como mostrado no quadro a seguir:

QUADRO 13 - NÚMERO ESTIMADO DE EMPREGADOS NO SETOR FINANCEIRO NO BRASIL –89/96

MESESS	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
JAN	811892	825558	748949	696874	681514	670117	632761	568786
FEV	813076	825081	745564	694839	680638	668917	629251	564152
MAR	811542	826224	739578	694800	678962	666743	623749	559765
ABR	810985	821843	734806	693684	678085	664452	622060	555232
MAI	811930	810419	732026	692580	666779	661906	616847	547715
JUN	813501	794897	731925	691266	676052	659291	611751	532003
JUL	816143	778699	723279	689224	676549	657233	592280	528182
AGO	814206	771331	717914	687827	677884	653272	588927	526093
SET	815249	768287	714089	687843	677574	650022	585350	521939
OUT	818580	763105	708751	686376	676369	646236	581758	518714
NOV	822688	758466	703729	684171	673438	641292	577436	513861
DEZ	824316	753636	700217	682304	671740	637647	571582	497108

FONTE: DIEESE

ELABORAÇÃO: DIEESE-SEEB/Rio

NOTA; Extraído de: DIEESE. **Reestruturação produtiva reduz emprego**

nos bancos. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/bol/esp/estjul97.xml>>

Acesso em: 28 out. 2004.

(1) Bancos Comercias, de Investimento etc.

¹ Números referente ao mercado financeiro americano

A redução de postos de trabalho é nítida. Percebe-se a grande massa de trabalhadores que perderam seus empregos, uma vez que em janeiro de 1989 em bancos comerciais e de investimentos, estes totalizavam 811.892, e no final de 1996 tal número reduziu drasticamente para 497.108, ou seja, uma redução de aproximadamente 39%. Para um maior período de análise, PASTORE ressalta que "...o emprego bancário encolheu 50% no período de 1986-1996. O avanço na automação teve grande responsabilidade nesse processo."(PASTORE, 1998, p. 30).

Percebe-se que, se um dos objetivos da reestruturação financeira na busca da sobrevivência do setor foi a redução da mão-de-obra, este foi atingido. As reduções dos postos de trabalho foram intensificadas ano a ano e nem mesmo períodos conjunturais estáveis, como por exemplo o ano de 1995, onde ocorreu considerável redução dos níveis de desemprego na economia num âmbito geral, foram capazes de reverter a tendência de crescimento do desemprego no setor. Enquanto que de 1992 a 1995 a economia nacional seguiu uma tendência de redução das taxas de desemprego ano após ano, passando de 5,9% para 4,7% (CHAHAD; PICCHETTI, 2003, p. 33), o mesmo não aconteceu no setor financeiro uma vez que segundo Quadro 13 estes números seguiram o sentido inverso. Tais números nos levam a crer que os níveis de desemprego no setor financeiro no início da década de noventa estavam mais diretamente ligados à reestruturação interna do que à conjuntura econômica do período.

7 Conclusão

A partir da segunda metade da década de sessenta, embalado pelo ótimo período de crescimento econômico ao qual a economia brasileira gozava, o setor financeiro iniciou uma fase de grande expansão que veio a se tornar ainda mais representativa num segundo momento, quando que a partir do início da década de oitenta, beneficiado pelo spread inflacionário decorrente do período conhecido como Ciranda Financeira, o setor atingiu seus maiores picos de crescimento e participação no Produto Interno Bruto. Neste período de altos níveis inflacionários a economia entrou em uma fase de desaceleração econômica e produtiva e o setor financeiro fugindo a

regra de tal conjuntura, viu sua participação no PIB aumentando período à período e atingindo quase 20% de todas as riquezas produzidas no seu momento mais áureo.

Com a implementação do Plano Cruzado de estabilização de preços e principalmente com a utilização de medidas dentro deste que regulamentou algumas transações de ativos financeiros, esta fase de altos ganhos inflacionários por parte do setor financeiro se findou e a partir deste momento o setor percebeu seu gigantismo e acima de tudo notou a necessidade de um processo de reformulação em sua forma de atuação. Esta necessidade de reestruturação se fez ainda mais necessário pois, além de perderem "a galinha dos ovos de ouro", o que levou muitos bancos a entrarem em processo de quebra, ainda foram injetados em um novo ambiente conjuntural que surgia no início dos anos noventa, qual seja, a abertura comercial e financeira.

Tal reestruturação foi buscada no sentido de evitar a decadência do setor financeiro e ao mesmo tempo mantê-lo competitivo dada a nova conjuntura econômica atravessada. Para tanto, foram atacados vários pontos, que foram desde a mudança nos regulamentos de funcionamento do setor, como por exemplo a liberação para a criação dos bancos múltiplos, passando pelos processos de fusões, aquisições e privatizações, até chegar a mudanças internas a cada banco, com reformulações nos processos e produtos. Ao que tudo indica muitas destas mudanças ocorridas influenciaram diretamente os níveis de empregos no setor. O surgimento dos bancos múltiplos proporcionou uma melhor alocação da estrutura administrativa necessária para as transações, possibilitando assim, que várias operações fossem feitas em um único espaço e por uma quantidade menor de funcionários. Da mesma forma, nas fusões e nas aquisições com o intuito de aumentar a competitividade e reduzir os custos optou-se pelo enxugamento da estrutura, o que invariavelmente levou a demissões de funcionários. O mesmo enxugamento gerou mais desemprego entre os até então funcionários públicos dos antigos bancos estatais que passaram pelo processo de privatização. A intensa automação bancária ocorrida no início dos anos noventa foi extremamente poupadora de mão-de-obra na medida em que através dela, as operações tornaram-se mais simples, rápidas e principalmente mais baratas e com a necessidade de menos trabalhadores para realizá-las, além do que participou da

redução do número de agências, uma vez que muitas destas foram substituídas por postos de auto-atendimento.

Apesar do empregado do setor estar acima da média nacional no que se refere ao grau de instrução, os postos de trabalho foram se findando e os empregados remanescentes se tornaram mais especializados e com uma quantidade ainda maior de atribuições a serem realizadas. Mesmo que não exista uma forma mais evidente de expor o desemprego causado pela reestruturação, pois esta foi composta por uma série de medidas e artifícios, percebeu-se uma intensa e inversa relação de todos estes meios utilizados e os níveis de desemprego gerados no momento da implementação e num período posterior. Esta relação se tornou mais evidente uma vez que o desemprego no setor financeiro ao invés de seguir o padrão de desemprego da economia nacional no período estudado, aumentando e diminuindo de acordo com determinada fase conjuntural, seguiu a passos largos tal qual a própria reestruturação.

8 REFERÊNCIAS

ABREU, M. de P. (Org.) **Cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1990.

BACEN. **Dados gerais**. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?serietemop> > Acesso em: 09 nov. 2004.

CARLEIAL, L.; VALLE, R. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo. Ed. Hucitec, 1997.

CHAHAD, J. P. Z.; PICCHETTI, P. **Mercado de trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais**. São Paulo, Ed. LTC, 2003.

COSTA, F. N. da **Economia monetária e financeira: uma abordagem pluralista**. São Paulo, Makron Books, 1999.

DIEESE. **Reestruturação produtiva reduz emprego nos bancos**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/bol/esp/estjul97.xml> > Acesso em: 28 out. 2004.

FEBRABAN. **Dados gerais**. Disponível em: < <http://www.febraban.org.br/dados.asp> > Acesso em: 04 out. 2004.

FERNANDES, A. J.; PAIS, C. **A economia brasileira na década de 80: conseqüências da crise da dívida externa, inflação e crise do Estado**. Disponível em: <http://fmail7.uol.com.br/cgi-bin/webmail.exe/a_20Fernandes_20onInflama_C3_A7_C3_A3o.pdf > Acesso em: 22 out. 2004

FRANCO, S. **O mercado de trabalho na era da competitividade total**. São Paulo, Ed. Ática, 1997.

GAZETA MERCANTIL. **Custos de operações bancárias**. Disponível em: < <http://www.gazeta.com.br/pt/ajuda.aspx> > Acesso em: 29 set. 2004.

GOLDSMITH, R. W. **Desenvolvimento financeiro sob um século de inflação**. São Paulo, Ed. Harper & Row do Brasil, 1986.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999

IBGE. **Estatísticas do século XX**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em: 28 nov. 2004.

IPEA. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. São Paulo, _____, 2003, v. 21.

LOPES, F. L. **O desafio da inflação: em busca da moeda real**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1989.

PASTORE, J. **O desemprego tem cura?** São Paulo, Ed. Makron Ltda, 1998.

PEREIRA, L. B. **A dívida e a inflação: a economia dos anos Figueiredo 1978-1985**. São Paulo, Ed. Gazeta Mercantil Editora Jornalística, 1985.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo, Ed. Makron Books, 1995.

SENNÁ, J. J. **Tempos de incerteza: a economia brasileira nos anos 80**. Rio de Janeiro, Ed. LTC, 1989.

UNICAMP, **O sistema bancário no contexto do mercado de trabalho brasileiro – Cap I**. Disponível em: <<http://cedes-gw.unicamp.br/pesquisa/artigos/LILIANA/cap1.html>> Acesso em: 05 nov. 2004.

UNICAMP, **O sistema bancário no contexto do mercado de trabalho brasileiro – Cap II**. Disponível em: <<http://cedes-gw.unicamp.br/pesquisa/artigos/LILIANA/cap2.html>> Acesso em: 12 nov. 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas **Normas para apresentação de documentos científicos**. Livros 2, 6,7, 8 e 9, Curitiba, Ed. da UFPR, 2000.

VASCONCELOS, M. A. S. de; GREMAUD, A. P.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea: para cursos de economia e administração**. São Paulo, Ed. Atlas, 1996.